



INSTITUTO FEDERAL  
SANTA CATARINA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE  
SANTA CATARINA - CÂMPUS FLORIANÓPOLIS

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EM SAÚDE**  
**PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU***

**NOVEMBRO DE 2013**

REITORIA  
**MARIA CLARA KASCHNY SCHNEIDER**

PRÓ-REITORIA DE ENSINO  
**DANIELA DE CARVALHO CARRELAS**

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
**ELISA FLEMMING LUZ**

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E RELAÇÕES EXTERNAS  
**GOLBERI DE SALVADOR FERREIRA**

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO  
**MARIO DE NORONHA NETO**

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL  
**ANDREI ZWETSCH CAVALHEIRO**

CHEFE DE DEPARTAMENTO EAD IFSC  
**PAULO ROBERTO WEIGMANN**

ACOMPANHAMENTO E APOIO PEDAGÓGICO EAD IFSC  
**MARIA LUÍSA HILLESHEIN DE SOUZA**

COORDENAÇÃO DO CURSO ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EM SAÚDE  
**ROSANE APARECIDA DO PRADO**

DIREÇÃO DO *CÂMPUS* FLORIANÓPOLIS  
**MAURÍCIO GARIBA JÚNIOR**

## SUMÁRIO

1. DADOS GERAIS DO CURSO .....	4
2. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO.....	5
3. JUSTIFICATIVA.....	9
4. OBJETIVOS.....	10
5. PÚBLICO-ALVO.....	10
6.PERFIL DO EGRESSO.....	12
7. CONDIÇÃO PARA O INGRESSO.....	
8. PROCESSO SELETIVO.....	
9. COORDENAÇÃO DE CURSO.....	12
10. CARGA HORÁRIA E DURAÇÃO DO CURSO .....	12
11. PERÍODO DE REALIZAÇÃO DO CURSO.....	13
12. MATRIZ CURRICULAR E CRONOGRAMA.....	13
13. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO.....	14
14. SISTEMA DE AVALIAÇÃO.....	32
15. APROVEITAMENTO ACADÊMICO.....	
16. METODOLOGIA: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	
17. CORPO DOCENTE.....	34
18. EQUIPE DE TUTORIA.....	
19. INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLOGIAS.....	37
20.TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	37
21. ORIENTAÇÃO DO PROJETO DE INTERVENÇÃO .....	38
22. CERTIFICAÇÃO.....	43

## 1 DADOS GERAIS DO CURSO

Nome do curso	Especialização em Gestão em Saúde
Área do conhecimento	Gestão
Forma de oferta	Educação a Distância
Resolução de Aprovação	Resolução nº 07/2010 CS e Deliberação nº 03/2010 CEPE
Responsável pelo projeto	Flávio Augusto Penna Soares
Responsáveis pela reestruturação	Rosane Aparecida do Prado e Maria Luísa Hilleshein de Souza
Carga horária	510 horas de curso + 60 horas de TCC = 570h
Número de vagas	200 vagas (50 vagas por polo)
Câmpus	Florianópolis
Legislação Externa	PNAP – Edital 01/2009 - CAPES Resoluções nº 1 de 03/04/2001, nº 01 de 08/06/2007 CNE/CES e Parecer CNE/CES 0207/2003. Lei nº 9394, de 10 de fevereiro de 1996; Portaria 4059 de 2004; Lei nº 11.892, de dezembro de 2008
Legislação Interna	Conselho Superior, Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão, Organização Didática e Orientações do Colegiado de Câmpus. Resolução CEPE/IFSC nº105/2011

### Modalidade

Pós-Graduação – Especialização em Gestão em Saúde.

### Habilitação / Certificação

Na conclusão do curso, o aluno receberá o certificado do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* – **Especialização em Gestão em Saúde**.

### Polos ou Núcleos de Atendimento

Caçador (SC), Campos Novos (SC), Palhoça (SC), Porto União(SC).

Nº de vagas por polo: 50

### Encontros presenciais:

Toda terça-feira das 19h às 21h45min.

### Atividades de tutoria:

A distância: segundas, quartas e quintas-feiras (18h30min - 21h30min) ; terças-feiras (18h30min - encerra quando finaliza a interação das professoras nos polos); sextas-feiras (18h30min às 21h00min). Presenciais: 18h30min às 21h30min (nas terças-feiras - prevalece a mesma regra que a da equipe a distância).

## 2. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFSC – tem vivenciado muitas transformações em sua atuação na Educação básica e superior. Iniciou suas atividades em 1909 como "Escola de Aprendizes Artífices", por meio do decreto n.º 7.566, de 23/09/1909, pelo Presidente da República, Nilo Peçanha. Seu objetivo, como expresso à época, era atender os desvalidos da sorte e desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como meio de vencer as dificuldades sempre crescentes na luta pela existência. A Escola foi instalada em Florianópolis, na Rua Almirante Alvim n.º 17, em prédio cedido pelo então Governador do Estado de Santa Catarina.

Na década de 1930, em razão do crescimento da industrialização no país, a escola passou, por meio da Lei n.º 378/37, a denominar-se "Liceu Industrial de Florianópolis". Depois, pelo Decreto-Lei n.º 4.127/42, a escola foi transformada em "Escola Industrial de Florianópolis", passando a oferecer, então, aos estudantes oriundos do ensino primário, cursos industriais básicos. A partir da Lei n.º 4.759, de 20 de agosto 1965, a escola recebeu a denominação de "Escola Industrial Federal de Santa Catarina"; um ano depois disso, foi implantado o Curso Técnico Industrial de Agrimensura.

A escola foi transformada, em 1968, por portaria ministerial, em "Escola Técnica Federal de Santa Catarina". Com a reforma do ensino de 1º e 2º graus introduzida pela Lei 5.692/71 (LDB), deixa-se de oferecer na instituição, ensino de 1º grau (antigo curso ginasial), passando a funcionar apenas o ensino de 2º grau, hoje denominado Ensino Médio.

Pela Lei n.º 8.948/94, todas as Escolas Técnicas Federais foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), condicionado apenas à publicação de decreto presidencial específico para cada centro. Em 27 de março de 2002, foi publicado no Diário Oficial da União o Decreto Presidencial de criação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina (CEFET-SC).

Em 2008, com a Lei n.º 11.892, de 29/12, o CEFET-SC é transformado em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC). O IFSC é hoje uma instituição pública federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC) por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). Tem sede e foro em Florianópolis, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Tem por missão desenvolver e difundir conhecimento científico e tecnológico, formando indivíduos capacitados para o exercício da cidadania e da profissão.

O IFSC tem por finalidade formar e qualificar profissionais no âmbito da educação e da educação profissional e tecnológica, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, para diversos setores da economia, bem como realizar pesquisa aplicada e promover o desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com a sociedade e

com os setores produtivos, especialmente de abrangência local e regional, oferecendo mecanismos para a educação continuada.

Atualmente, o IFSC é constituído por 19 câmpus (Florianópolis, São José, Jaraguá do Sul, Florianópolis-Continente, Araranguá, Joinville, Chapecó, São Miguel do Oeste, Canoinhas, Criciúma, Gaspar, Lages, Itajaí, Palhoça-Bílingue, Xanxerê, Caçador, Urupema, câmpus Avançado Geraldo Werninghaus, Garopaba) e 2 polos presenciais (Siderópolis e Içara). Como parte do Plano de Expansão da Rede Federal Educação Profissional e Tecnológica, o Instituto ainda ganhará dois novos câmpus, nos municípios de Tubarão e São Carlos. Considerando os polos da Universidade Aberta do Brasil atendidos com cursos de educação a distância, o IFSC marca presença nos três estados da região Sul e no estado de São Paulo.

O IFSC desenvolve suas atividades de ensino nos níveis básico e superior, na educação profissional, atuando também nas modalidades Jovens e Adultos e Educação Especial. No nível técnico, atua nas formas integrada, concomitante, sequencial e pós-técnico.

O IFSC iniciou sua atuação na educação a distância (EaD) ainda como CEFET, em 1999, quando a então Unidade São José ofereceu o primeiro curso básico em refrigeração a distância. Em 2006 o CEFET-SC, Unidade Florianópolis, ofereceu o primeiro curso técnico em eletrotécnica na modalidade EaD, em parceria com a ELETROSUL. Participou, ainda, do primeiro edital do Programa Universidade Aberta do Brasil<sup>1</sup>(UAB) publicado pelo MEC/SEED, ofertando, em 2007, 300 vagas para o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, na modalidade a distância, para 06 (seis) polos de apoio presenciais, localizados nos seguintes municípios: Cachoeira do Sul/RS, São João do Polêsine/RS, Tapejara/RS, Tio Hugo/RS, Foz do Iguaçu/PR e Jales/SP.

Em 2008, com a inclusão do polo de Nova Londrina/PR, foi realizado vestibular para quatro polos possibilitando, portanto, o ingresso de mais 350 estudantes no Curso de Graduação. Em 2009, o IFSC ofertou pela terceira vez o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública em três polos de apoio presencial (para 150 estudantes), e em agosto de 2010 iniciou a quarta oferta do curso nos polos de Foz do Iguaçu, Tapejara, Cachoeira do Sul e Jales (200 estudantes). Também ofertou pela UAB, em 2009, o Curso de Aperfeiçoamento em Educação de Jovens e Adultos (pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD) em cinco polos no estado de Santa Catarina.

Em 2010, o IFSC iniciou a oferta de três cursos de pós-graduação em nível de especialização *lato sensu*: Gestão Pública, Gestão em Saúde e Ensino de Ciências, em 16 (dezesseis) polos de apoio presencial no estado de Santa Catarina e em Jales - SP. No ano de

---

<sup>1</sup> O Sistema UAB foi instituído pelo [Decreto 5.800, de 8 de junho de 2006](#), para o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no país. Fomenta a modalidade de educação a distância nas instituições públicas de ensino superior, bem como apoia pesquisas em metodologias inovadoras de ensino superior, respaldadas em tecnologias de informação e comunicação. Além disso, incentiva a colaboração entre a União e os entes federativos e estimula a criação de centros de formação permanentes por meio dos polos de apoio presencial em localidades estratégicas. (Fonte: <<http://uab.capes.gov.br/>>. Acesso em: 25 set. 2012)

2011, foram ofertadas as especializações em Gestão Pública, Gestão em Saúde e Ensino de Ciências em mais 17 (dezesete) polos, bem como a quinta turma do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública em 7 (sete) polos simultaneamente.

Os Cursos de Especialização em Gestão em Saúde e Gestão Pública são ofertados pelo Programa Nacional de Formação em Administração Pública – PNAP que tem como objetivo geral formar profissionais com amplo conhecimento em administração pública, capazes de atuar no âmbito federal, estadual e municipal, administrando com competência e ética as organizações governamentais e não-governamentais. O Programa pretende, especificamente:

- Capacitar quadros de gestores para atuar na administração de macro (governo) e micro (unidades organizacionais) sistemas públicos;
- Contribuir para a melhoria das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro;
- Formar quadros de gestores públicos que desenvolvam visão estratégica dos negócios públicos a partir do estudo sistemático e aprofundado da realidade do governo e de suas unidades administrativas. (UAB/CAPES, 2013)

Com essas novas ofertas, o número de estudantes na modalidade a distância do IFSC ultrapassou 3.500. No ano de 2012, foi ofertada a primeira turma dos cursos de Especialização *Lato Senso* em Mídias na Educação, e Educação para a Diversidade com ênfase em Educação de Jovens e Adultos (EJA). Com a consecução dos demais cursos oferecidos pelo Programa UAB – IFSC, 36 (trinta e seis) polos são atendidos.

O IFSC também aderiu ao programa Escola Técnica Aberta do Brasil (e-TEC Brasil) da Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação (SEED/MEC). Esse é um programa de âmbito nacional realizado em parceria entre o próprio Ministério da Educação, prefeituras ou secretarias estaduais de educação e instituições públicas executoras (principalmente a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica). Para tal, através de editais, a SEED/MEC cadastrou e avaliou todos os parceiros envolvidos no processo. O levantamento de demanda (cursos e vagas) foi realizado em 2009 pelas prefeituras ou secretarias estaduais de educação, através de consulta às instituições de ensino, com o levantamento do perfil socioeconômico da região, que indicaram as suas necessidades. No estado de Santa Catarina, as prefeituras candidatas aprovadas pelo MEC foram São José e Itapoá.

Em 2012 o projeto e-Tec Brasil aprovou nova oferta num total 350 vagas para as cidades de São José, Itapoá, Santa Cecília, Otacílio Costa, Xanxerê, Gaspar e Campos Novos. O IFSC, na modalidade a distância, desenvolve cursos técnicos, de graduação e especialização, e tem como preocupação social a democratização do conhecimento levando a cidadãos residentes em cidades distantes dos seus câmpus diferentes oportunidades educacionais.

Atualmente os cursos mantidos, na modalidade a distância são:

**Curso técnico:**

Curso Técnico de Informática para Internet

**Graduação:**

Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública

**Pós-Graduação (*Lato Sensu*):**

Especialização em Educação para Diversidade com ênfase em EJA

Especialização em Ensino de Ciências

Especialização em Gestão em Saúde

Especialização em Gestão Pública

Especialização em Mídias na Educação

Destacamos ainda a intenção de oferta de outros cursos nesta modalidade, tais como:

**Formação Inicial e Continuada:**

Idiomas na Copa

**Graduação:**

Curso Superior de Tecnologia em Logística

Curso Superior em Hotelaria

**Pós-Graduação (*Lato Sensu*):**

Especialização em Gestão Pública Municipal

Especialização em PROEJA

### **3. JUSTIFICATIVA**

O futuro das organizações de trabalho é campo de amplas discussões em diversos setores e países. Sabe-se que não existem respostas precisas para todas as questões levantadas, como, por exemplo, quais as qualificações necessárias nos próximos anos. Por outro lado, percebe-se uma necessidade de qualificação premente dos profissionais de organizações públicas, provocadas por mudanças no gerenciamento e acompanhamento dessas instituições. O IFSC, inserido nesse contexto de transformações, percebe as necessidades internas e externas de qualificação de recursos humanos na área de Gestão.

No cenário atual, o fortalecimento das instituições deve passar pelo conhecimento das inovações tecnológicas e por um esforço dos profissionais para incorporarem novas práticas gerenciais e inovações tecnológicas de modo que acompanhem os avanços nos processos de



gestão das organizações. Várias pesquisas internacionais confirmam que países industrializados de sucesso apresentam um alto nível de qualificação da população economicamente ativa, que integra a Educação Geral, a formação profissional e os setores produtivos.

Os avanços tecnológicos têm estabelecido frequentes mudanças qualitativas e quantitativas no mundo do trabalho, fazendo com que uma parcela considerável da população seja excluída do processo produtivo.

A adoção de novas formas de gestão e participação ativa dos envolvidos muda radicalmente a forma de trabalhar. A introdução de novos instrumentos e métodos provoca o fortalecimento da gestão de processos, exigindo novas capacidades dos profissionais, destacando-se a do pensamento lógico-abstrato e da criatividade, para resolução de problemas, na medida em que essa base científica opera basicamente através de símbolos e do pensamento criativo e analítico.

Devido ao desenvolvimento tecnológico e à implantação de processos e mecanismos de supervisão e auditoria pelos órgãos competentes, os sistemas de gestão das instituições públicas necessitam cada vez mais, além de processos modernos, de pessoas altamente qualificadas para propor soluções aos problemas encontrados. Um processo profissionalizado dá à instituição condições para se inserir no mundo globalizado, proporcionando versatilidade gerencial que pode responder às demandas da sociedade.

Constata-se, com clareza, a necessidade de oferecimento de cursos específicos na área de gestão, onde as tendências administrativas apontam para necessidades profissionais mais especializadas.

Considerando essa necessidade de atualização na área de gestão dos profissionais que atuam em organizações públicas da região, destaca-se que o formato deste curso permite atender a essa situação. O Curso de Pós- Graduação *Lato Sensu* em Gestão em Saúde se propõe a atualizar e especializar os profissionais, de forma que possam desenvolver novos conhecimentos na área e utilizar as tecnologias mais recentes em seu ambiente de trabalho, na gestão de organizações públicas, a entender e atuar em gestão de processos e de projetos e na resolução de problemas inerentes às atividades de gestão, objetivando qualificação especializada na gestão pública de instituição da área da saúde.

## **4 OBJETIVOS**

### **4.1 – OBJETIVO GERAL**

Qualificar os profissionais da saúde oportunizando o desenvolvimento de novas habilidades e conhecimentos na área da gestão em saúde, bem como para atuarem no magistério superior.

### **4.2 – OBJETIVOS ESPECIFICOS**

- Qualificar a atuação dos profissionais na gestão de projetos e processos e na resolução de problemas inerentes às instituições de saúde públicas e privadas;
- Promover a exploração de tecnologias recentes nos serviços de saúde, sobretudo do SUS;
- Propiciar o processo formativo para os profissionais atuarem no magistério superior.

## 5. PÚBLICO-ALVO

O curso destina-se a pessoas graduadas em curso superior na área de ciências da saúde ou na área de gestão que exerçam ou queiram exercer atividades nos serviços de saúde, preferencialmente em instituições públicas.

## 6. PERFIL DO EGRESSO

O egresso do Curso de Especialização de Gestão em Saúde deverá ser capaz de:

- compreender os conceitos básicos e terminologias nas áreas funcionais de organizações de saúde e Sistema Único de Saúde – SUS;
- demonstrar habilidades para analisar, diagnosticar e oferecer soluções para situações organizacionais e empresariais complexas na área;
- desenvolver aptidões como comunicação oral e escrita, trabalho em equipe, liderança para o desenvolvimento gerencial na saúde.

Em ambientes onde as mudanças ocorrem permanentemente e em grande velocidade, caracterizadas ainda pela escassez de recursos e pelo alto nível de complexidade exigido pela sociedade contemporânea, espera-se que o profissional responsável pela condução das organizações públicas tenha desenvolvido sua criatividade, seu espírito crítico e a sua capacidade de produção de novos conhecimentos.

Deste modo, atrelado aos conhecimentos comportamentais e de contexto, exige-se do Gestor em Saúde o domínio das principais técnicas gerenciais no campo organizacional, de seus recursos humanos, financeiros e de produção e de gestão pública, evidentemente pautado por um compromisso ético com a construção de uma sociedade justa.

No campo organizacional e de seus recursos, espera-se que o egresso/gestor seja capaz de promover o equilíbrio entre os objetivos organizacionais, suas disponibilidades e os interesses e necessidades da sociedade em geral. Para tal, exige-se que o egresso/gestor seja capaz de pensar novas formas de organização (tanto nos seus aspectos estruturais como nos funcionais), compatíveis com um ambiente em que a participação no processo decisório e a crescente responsabilidade das organizações com o desenvolvimento humano parecem constituir-se em condições essenciais para a obtenção de sucesso.

Na área de estudos governamentais em saúde, é imprescindível que o gestor seja capaz de conhecer os processos de formação e desenvolvimento do Estado em sua inserção no processo mais amplo da formação social, bem como a lógica e os procedimentos das ações administrativas governamentais, seja na área financeira e orçamentária, seja no processo de formulação e avaliação de políticas públicas em geral, não apenas de modo a cuidar da coisa pública de modo eficiente, mas também de forma responsável, permitindo, assim, a manutenção de relações harmônicas entre o setor público, de um lado, e o privado e a sociedade civil organizada, de outro, no âmbito das responsabilidades sociais do Estado.

## 7. CONDIÇÃO PARA O INGRESSO

O Curso de Especialização em Gestão em Saúde, modalidade EaD, será oferecido **preferencialmente** para os profissionais com graduação na área saúde ou ainda **preferencialmente** aos que exerçam atividades em órgãos públicos e também com o Ensino Superior, bem como para os administradores das áreas privadas da saúde ou que tenham aspirações ao exercício da função; o referido curso está aberto também a outras demandas sociais.

Serão selecionados no máximo 50 (cinquenta) candidatos por polo, a partir de edital divulgado pelo Departamento de Ingresso do IFSC, que deverá contemplar, a partir do preenchimento de formulário de inscrição, a análise de currículo como critério de seleção.

## 8. PROCESSO SELETIVO

Para inscrever-se, é necessário preencher ficha de inscrição no endereço eletrônico: [www.ingresso.ifsc.edu.br](http://www.ingresso.ifsc.edu.br). O candidato selecionado deverá entregar os documentos comprobatórios, exigidos no edital de ingresso, em um dos câmpus/polos de apoio presencial onde será ofertado o curso. As vagas remanescentes, se houver, poderão ser preenchidas por profissionais que atuem nas redes públicas e privadas de saúde, utilizando-se como critério para a ordem classificatória o tempo de serviço.

## 9. COORDENAÇÃO DE CURSO

Nome	Titulação		Carga Horária	Regime/trabalho
	Graduação	Pós-graduação		
Rosane Aparecida do Prado	Enfermagem e Obstetrícia	Mestrado em Enfermagem	25 h	DE

## **ROSANE APARECIDA DO PRADO**

Graduação em Enfermagem e Obstetrícia – UNC – Concórdia/SC – 1991.

Mestrado em Enfermagem – UFSC – 2007.

Atua no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – IFSC – desde 1996.–Além das atividades de ensino, já respondeu pela Gerência da então Unidade de Saúde da cidade de Joinville; pela coordenação do Curso Técnico de Enfermagem em Florianópolis; pela coordenação de estágio; foi líder do grupo de pesquisa Educação Saúde e Trabalho – EST. Participou da comissão de implantação do Curso Técnico de Enfermagem modalidade PROEJA no Departamento Acadêmico de Saúde e Serviços. Tem trabalhado desde 2003 com o Curso Superior de Tecnologia em Radiologia.

### **10.CARGA HORÁRIA E DURAÇÃO DO CURSO**

Conforme a Resolução n. 001/01 do CNE/CES e Resolução CEPE nº105/2011, os cursos de pós-graduação – especialização – deverão ter no mínimo a carga horária de 360 horas, seguida do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.

Tendo essa exigência em vista, o Curso de Especialização em Gestão em Saúde tem carga horária total de 570 horas, distribuídas em 510 horas para o desenvolvimento das unidades curriculares e 60 horas para a elaboração do TCC.

O tempo de duração total do curso é de 18 (dezoito) meses, sendo 12 (doze) meses para a integralização das unidades curriculares e 06 (seis) meses para a elaboração do TCC.

### **11. PERÍODO DE REALIZAÇÃO DO CURSO**

O Curso terá uma duração de 18 (dezoito) meses, incluindo cumprimento das unidades curriculares e elaboração do TCC.

- Início previsto: conforme edital de ingresso
- Duração do curso: 18 meses.

## 12. MATRIZ CURRICULAR/ CRONOGRAMA DO CURSO<sup>2</sup>

<b>MÓDULO I – BÁSICO</b>		
Ord.	Unidades curriculares	C. H.
Niv.	Introdução à Informática e Ambiente Virtual de Aprendizagem	30
1	Estado, Governo e Mercado	30
2	O Público e o Privado na Gestão Pública	30
3	Políticas Públicas	30
4	Políticas de Saúde: Fundamentos e Diretrizes do SUS	30
<b>Recuperação do Primeiro Bloco</b>		
5	O Estado e os Problemas Contemporâneos	30
6	Planejamento Estratégico Governamental	30
7	Elaboração de Indicadores	30
8	Desenvolvimento e Mudanças no Estado Brasileiro	30
<b>Recuperação do Segundo Bloco</b>		
Total de Horas do Módulo		270
<b>MÓDULO II – Específico em Gestão de Organização Pública de Saúde</b>		
Ord.	Unidades curriculares	C. H.
1	Gestão Logística em Saúde	30
2	Gestão da Vigilância à Saúde	30
3	Gestão dos Sistemas dos Serviços de Saúde	60
4	Organização e Funcionamento do SUS	60
<b>Recuperação do Terceiro Bloco</b>		
5	Metodologia Científica	60
Total de Horas do Módulo		<b>240</b>
<b>MÓDULO III – PROJETO DE INTERVENÇÃO</b>		
Ord.		C. H.
1	Elaboração do Projeto de Intervenção	60
Total de Horas do Módulo		60
<b>TOTAL DE HORAS DO CURSO</b>		<b>570</b>

<sup>2</sup> A organização curricular deste curso está de acordo com a matriz curricular apresentada no documento do PNAP.

### 13. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

#### 13.1 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O curso, com carga horária total de 570 horas, terá a sua organização curricular estruturada em três módulos: o primeiro denominado de **Módulo I - BÁSICO**; O **Módulo II - ESPECÍFICO EM GESTÃO de Organização Pública de Saúde** e, por fim, o **Módulo III – Projeto de Intervenção**.

A função do Módulo I é a de propiciar ao estudante uma tomada de consciência sobre a atual política do governo, situando-a na passagem que vem se dando, ao longo destes últimos anos, de um Estado Gerencial para um Estado Necessário. Esse referencial lhe permitirá compreender melhor, ao longo do Módulo Específico, as diferentes ações e programas implementados pela atual administração pública.

#### FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO/BÁSICO

<b>MÓDULO I – BÁSICO</b>		
Ord.	Unidades curriculares	C. H.
Nív.	Introdução à Informática e Ambiente Virtual de Aprendizagem	30
1	Estado, Governo e Mercado	30
2	O Público e o Privado na Gestão Pública	30
3	Políticas Públicas	30
4	Políticas de Saúde: Fundamentos e Diretrizes do SUS	30
5	O Estado e os Problemas Contemporâneos	30
6	Planejamento Estratégico Governamental	30
7	Elaboração de Indicadores	30
8	Desenvolvimento e Mudanças no Estado Brasileiro	30
Total de Horas do Módulo		<b>270</b>

##### 13.1.1 Ementas do Módulo Básico

<b>Introdução à Informática e Ambiente Virtual de Aprendizagem</b>	C.H. 30h
<b>EMENTA</b>	
Fundamentos de Informática; Arquitetura de Computadores; Internet e serviços disponíveis; Ambientes Virtuais de Aprendizagem – AVA; MOODLE; LIBREOFFICE.	
<b>COMPETÊNCIAS</b>	
Compreender os principais ambientes virtuais de aprendizagem e conhecer as funcionalidades do AVA utilizado no curso.	
<b>HABILIDADES</b>	

Selecionar adequadamente as tecnologias de internet.  
 Identificar os cenários do emprego das funcionalidades do AVA.  
 Selecionar a ferramenta correta para o cenário identificado.  
 Selecionar as tecnologias de AVAs.  
 Disponibilizar adequadamente as informações.  
 Organizar uma pesquisa com o emprego do AVA-Moodle.

### **BASES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS**

Fundamentação nas Tecnologias (Informática e Internet).  
 Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA-Moodle. Primeiros passos no Moodle.  
 Ferramentas do Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle. LIBREOFFICE.

### **BIBLIOGRAFIA**

MONTEIRO, Mario A. **Introdução à Organização de Computadores**. 5.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007.  
 LOBO, Edson J. R. **Broffice Writer**: Nova Solução em Código Aberto. São Paulo: Ciência Moderna, 2008.  
 PULINO Filho, Athail Rangel; **Moodle**: um sistema de gerenciamento de cursos. Departamento de Engenharia Civil e Ambiental - Universidade de Brasília. Disponível em: <[http://www.moodle.ufu.br/livro\\_moodle.pdf](http://www.moodle.ufu.br/livro_moodle.pdf)>. Acesso em: 29 set. 2008.

<b>Estado, Governo e Mercado</b>	C.H. 30h
<b>EMENTA</b>	
<p>Relações entre Estado, governo e mercado na sociedade contemporânea, segundo as principais concepções e teorias: marxistas e liberais.          Desafios teóricos e políticos colocados aos analistas e atores políticos pelas mudanças produzidas sob o capitalismo contemporâneo.</p>	
<b>COMPETÊNCIAS</b>	
<p>Perceber a relevância das relações ideológicas e práticas entre Estado, Governo e Mercado.          Ampliar a capacidade de intervenção no processo de planejamento e gestão governamental.          Aprimorar competências gerenciais, direcionadas à melhoria de processos administrativos e à otimização dos resultados organizacionais.          Compreender as diferentes posições ideológicas no aparato do Estado.</p>	
<b>HABILIDADES</b>	
<p>Capacidade de análise: analisar a função, o conteúdo e o contexto de cada matriz teórica que tenta explicar a relação entre Estado, Governo e Mercado.          Capacidade de codificação e decodificação: identificar as diferentes concepções ideológicas assumidas por cada Estado em diferentes períodos da história.          Capacidade de compreensão: compreender os conceitos de Estado, Governo e Mercado.          Capacidade de discriminação: reconhecer as diferenças entre os conceitos e entre as posições ideológicas Liberal e Marxista.          Capacidade de inferência: compreender as possibilidades de participação da sociedade nas relações entre Estado e Mercado.          Capacidade de valorização: compreender os diferentes papéis dos atores nessas relações e ter conhecimento sobre seus potenciais e limites.</p>	

## BASES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS

Introdução; conceituação e contextualização das relações entre Estado, Governo e Mercado. Características das matrizes teóricas Liberal e Marxista, sua formação e evolução. O Estado contemporâneo, as experiências do século XX (Estado de Bem-Estar Social, Socialista e Neoliberal). Surgimento, principais autores, ascensão e crise. Mudanças na sociedade do século XX e seus impactos sobre as relações entre Estado, Governo e Mercado.

## BIBLIOGRAFIA

- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir (org.) **Pósneoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. São Paulo : Paz e Terra, 1996. p. 9-23.
- BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política**. Paz e Terra, 2007.
- BOBBIO, Norberto. **Qual socialismo?** 2ª ed. São Paulo : Paz e Terra, 1983. “Quais as alternativas à democracia representativa? p. 55-74.
- GUIDDENS, Anthony. **Para além de esquerda e direita**. Trad. Alvaro Rattner. São Paulo : UNESP, 1996. Introdução p. 9 -30.
- HAM, Christopher; HILL Michael. **O processo de elaboração de políticas no Estado capitalista moderno**. Campinas, 1996. (tradução de *The policy process in the modern capitalist state*. Londres, 1993, sob a responsabilidade de Renato Dagnino para uso exclusivo dos alunos do Departamento de Política Científica e Tecnológica da Unicamp). Capítulos 2 e 3 (p. 39-91).
- O'DONNELL, G. Anotações para uma teoria do Estado. **Revista de Cultura e Política**, nº4, 1981.
- OSZLAK, O. Estado y sociedad: ¿nuevas reglas de juego? Reforma Y Democracia. **Revista del CLAD**. n.9. oct. 1997, p. 7 - 61
- PRZORSKY, Adam. **Estado e economia no capitalismo**. Trad. de Argelina C. Figueiredo & Pedro P. Zahluth. Rio de Janeiro : Relume-Dumará, 1995. Parte 3, “O governo do capital” - p. 87-115.
- SARTORI, Giovanni. **A teoria da democracia revisitada**. São Paulo: Ática, 1997. v. 1. Cap. 6, “A democracia vertical”, p.181-245.

## O Público e o Privado na Gestão Pública

C.H. 30h

### EMENTA

A dicotomia público-privado; a primazia do público sobre o privado; as fronteiras entre o público e o privado; as prerrogativas do Estado sobre os agentes privados; os direitos do cidadão e os deveres do Estado; interesses privados e interesses coletivos; Instituição e organização; organizações públicas e organizações privadas.

O servidor como agente da ação do Estado; os diferentes agentes públicos e as suas formas de investidura; as prerrogativas do Estado e as garantias do servidor; regime estatutário e regime contratual; vínculo estatutário e vínculo empregatício; cargo público e emprego no setor privado. A ética profissional do servidor público. Os princípios norteadores do serviço público – legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência; poderes e deveres do administrador público; dever de agir, dever de eficiência, dever de probidade, dever de prestar contas; poder disciplinar, poder de polícia, poder discricionário. As diversas organizações do terceiro setor e suas especificidades. Globalização e neoliberalismo: desregulamentação, privatizações e abertura dos mercados de bens e de capitais; reorientação do papel do estado: da produção à regulação de bens e serviços; a defesa do interesse público na competição globalizada: Estado e agentes



econômicos privados internacionais. Novos princípios de gestão pública: planejamento participativo; democratização do Estado; promoção da cidadania. A nova orientação estratégica de governo federal: inclusão social e redução das desigualdades; crescimento econômico com geração de emprego e renda; promoção da cidadania e fortalecimento da democracia.

### COMPETÊNCIAS

Conhecer as diferenças efetivas entre o público e o privado no serviço organizacional. Compreender a ética bem como os princípios norteadores do serviço público. Especificar as diversas organizações do terceiro setor.

### HABILIDADES

Entender o papel do servidor público como agente do estado. Identificar e compreender as diferenças entre o servidor público e empregados. Identificar e contribuir adequadamente para as relações estabelecidas entre os setores.

### BASES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS

Esfera pública e esfera privada. O estado e o servidor. Princípios da administração pública. Poderes e deveres do gestor público. Contratos.

### BIBLIOGRAFIA

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. Paz e Terra, 2007. Cap. 1, “A grande dicotomia: público/privado”, p. 13-31.  
 CARVALHO, Iuri M. O princípio da supremacia do interesse público sobre o privado: parâmetros para uma reconstrução. In: **Revista Diálogo Jurídico**, nº 16, Salvador, 2007. Disponível em: <[http://www.direitopublico.com.br/pdf/PrincipiodaSupremacia\\_ULTIMAVERSÃO.pdf](http://www.direitopublico.com.br/pdf/PrincipiodaSupremacia_ULTIMAVERSÃO.pdf)>.  
 MEIRELLES, Helly Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 14. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989.  
 NASCIMENTO, Márcio G. O controle da administração pública no Estado de Direito. **Direitonet**, 2005. Disponível em: <http://www.direitonet.com.br/artigos/x/20/23/2023/>.  
 PÓ, Marcos V.; ABRUCIO, Fernando L. Desenho e funcionamento dos mecanismos de controle e *accountability* das agências reguladoras brasileiras semelhanças e diferenças. **RAP**, nº 40, vol. 4, jul./ago. 2006. p. 679-98.

<b>Políticas Públicas</b>	C.H. 30h
<b>EMENTA</b>	
<p>A análise de políticas públicas e seus problemas; As mudanças na legislação e nas instituições de políticas sociais no Brasil; Políticas Públicas: conceitos e evolução no Brasil. Estudos das novas responsabilidades e novas posturas que os governos municipais vêm assumindo quanto às políticas públicas. Estudo das experiências inovadoras que criam novas esferas públicas de negociação e de participação popular. Articulação e implementação nas dimensões locais e globais e os alcances e limites dos governos municipais. Controle e Avaliação das Políticas Públicas.</p>	
<b>COMPETÊNCIAS</b>	
<p>Conhecer e diferenciar as duas faces da política pública, <i>policy</i> e <i>politics</i>, os conceitos dos elementos envolvidos e a interação entre elas.                  Entender o ciclo das políticas públicas e suas dinâmicas.</p>	
<b>HABILIDADES</b>	

Discorrer sobre os principais conceitos de políticas públicas e saber a inter-relação entre eles.

Entender o ciclo das políticas públicas desde a formação da agenda, as arenas políticas e o comportamento dos atores, modelos de análise do processo da decisão política, a avaliação e monitoramento e regularidades das políticas públicas no Brasil.

### **BASES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS**

Políticas Públicas: conceitos básicos. O ciclo das Políticas Públicas, a formação da agenda das políticas públicas, as arenas políticas e o comportamento dos atores, modelos de análise do processo da decisão política, a avaliação e monitoramento e regularidades das políticas públicas no Brasil.

### **BIBLIOGRAFIA**

- ARRETCHE, Marta T. S. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. **Rev. bras. Ci. Soc.**, Jun. 1999, vol.14, no.40, p.111-141.
- COTTA, Tereza Cristina. Metodologia de avaliação de programas e projetos sociais: análise de resultados e de impacto. **Revista do Serviço Público**, Brasília, nº. 2, abr-jun 1998.
- COUTINHO, Luciano. Coréia do Sul e Brasil: paralelos, sucessos e desastres. In: FIORI, José Luís (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- DEMO, Pedro. **Política Social, Educação e Cidadania**. Campinas: Papyrus, 1996.
- DERLIEN, Hans Ulrich. Una comparación internacional en la evaluación de las políticas públicas.: **Revista do Serviço Público**, Brasília, nº. 1, jan-mar 2001.
- DRAIBE, Sônia Miriam. **Brasil: O Sistema de Proteção Social e suas Transformações Recentes**.
- CEPAL. **Projeto- Reformas de Políticas para Aumentar a Efetividade do Estado na América Latina**. Julho de 1992.
- DRAIBE, Sônia Miriam. Qualidade de Vida e Reformas Sociais: O Brasil no Cenário Latino Americano. **Lua Nova**, nº. 31, 1993, p. 5-46.
- DRAIBE, Sônia Miriam. Uma Nova Institucionalidade das Políticas Sociais? Reflexões a propósito da experiência latino-americana recente de reformas e programas sociais. **São Paulo em Perspectiva**. v. 11, nº. 4, out.-dez. 1997, p. 3-15.
- DUNN, William N. Public Policy Analysis: An Introduction. 3rd. ed. **Upper Saddle River**, New Jersey: Prentice-Hall, 2004.
- DYE, Thomas R. Understanding Public Policy. 11th.ed. **Upper Saddle River**, New Jersey: Prentice-Hall, 2005.
- ELIAS, Paulo Eduardo. Reforma ou Contra-Reforma na Proteção Social à Saúde. **Lua Nova**, nº. 40/41, 1997, p.193-215.
- FAGNANI, Eduardo. Política Social e Pactos Conservadores no Brasil: 1964-1992. **Cadernos FUNDAP**. Desafios da Gestão Pública Paulista. São Paulo: Fundap, set-dez, 1996, p. 59 –102.
- GARCIA, Ronaldo Coutinho. Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. Brasília: IPEA, **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, nº. 23, jun 2001.
- LAURELL, Ana Cristina. Para um novo Estado de Bem-Estar na América Latina. **Lua Nova**, nº. 45, 1998, p. 187-204.
- LOBATO, Lenaura de Vasconcelos. Reforma do Estado no Setor de Saúde no Reino Unido e nos Estados Unidos. In: **Cadernos ENAP**, nº.13, 1997, p. 79-112.
- MELLO, Guiomar Namó. Políticas Públicas de Educação. **Estudos Avançados** (USP), vol.5, nº. 13, 1991, p. 7-47.
- MENY, Yves e THOENIG, Jean-Claude. **Las Políticas Públicas**. Madrid: Ariel, 1992.
- MESA LAGO, Carmelo. Desarrollo social, reforma del Estado y de la seguridad social, al umbral del siglo XXI. **Revista del CLAD: Reforma y Democracia**. n. 15, outubro de 1999, p.

7 – 70.

MILANI, Carlos R.S. Políticas públicas locais e participação na Bahia: o dilema gestão versus política. **Sociologias**, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 180-214.

MISHRA, Ramesh. **O Estado-Providência na Sociedade Capitalista**. Oeiras, Portugal: Celta Editora, 1995.

NUNES, Edson. **A Gramática Política do Brasil: Clientelismo e Insulamento Burocrático**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; Brasília: ENAP, 1997.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **Educação: Um caminhar para o mesmo lugar**. In: LESBAUPIN, Ivo (Org.). **O Desmonte da Nação: Balanço do Governo FHC**. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 133-152.

PATTON, Carl V.; SAWICKI, David S. **Basic Methods of Policy Analysis and Planning**. 2nd ed. **Upper Saddle River**, New Jersey: Prentice-Hall, 1993.

RICO, Elizabeth Melo (Org.). **Avaliação de Políticas Sociais**. São Paulo: Cortez, 1999.

SAMPAIO Jr., Plínio de Arruda. O impasse da “formação nacional”. In: FIORI, José Luís (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999.

SANTOS, Wanderley G. **Cidadania e justiça**. Rio de Janeiro: Campus, 1979. Cap. 1 “Teoria social e análise de políticas públicas”, p. 11-14, e cap. 2 “Legislação, instituições e recursos da política social brasileira”, p. 15-44.

SUBIRATS, Joan. **Análisis de políticas públicas y eficacia de la Administración**. Madrid: Ministerio para las Administraciones Públicas, 1994.

VIANA, Ana Luiza. Abordagens metodológicas em políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, vol. 30, nº. 2, mar-abr 1996, p. 5-43.

<b>Políticas de Saúde: Fundamentos e Diretrizes do SUS</b>	C.H. 30h
<b>EMENTA</b>	
Políticas Públicas Sociais no Brasil e o papel da saúde; Sistema único de Saúde: bases legais; Federalismo, descentralização e relações intergovernamentais; Financiamento do SUS; Controle Social; Intersetorialidade; Perfil demográfico e epidemiológico brasileiro/tendências; Avanços e desafios do SUS.	
<b>COMPETÊNCIAS</b>	
Identificar a sequência histórica dos modelos de políticas de saúde no Brasil. Debater a lógica da articulação entre políticas de saúde e padrões de organização social. Identificar os conflitos, interesses e necessidades sociais que deram origem ao SUS. Descrever as dimensões técnicas e político-institucionais do SUS. Debater o arcabouço constitucional e infraconstitucional. Discutir os aspectos inovadores do SUS como política pública. Compreender a dinâmica sinuosa e contraditória do processo de implantação do SUS. Discutir os aspectos conflitivos entre as agendas da reforma sanitária (publicista) e da reforma do Estado (mercado). Identificar os ajustes programáticos e institucionais ocorridos. Descrever as diretrizes vigentes de regionalização das ações e de fortalecimento da capacidade das instâncias gestoras. Conhecer e discutir as inovações no modelo de financiamento e transferências de recursos entre gestores. Identificar as diretrizes e as prioridades contidas no Pacto pela Vida, no Pacto em Defesa do SUS e no Pacto de Gestão. Discutir os novos desafios de desenvolvimento do SUS.	
<b>HABILIDADES</b>	
Interferir no processo saúde-doença, no que diz respeito às questões gerências do SUS. Atuar nas ações de prevenção, promoção e recuperação da saúde.	

Interagir com as estruturas funcionais do SUS  
Desenvolver processo de reflexão sobre a importância do SUS.

### BASES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS

#### **Unidade 1 – Antecedentes do SUS: Breve Trajetória.**

As Origens da medicina previdenciária.

Anos 1970: expansão e crise do modelo médico-assistencial privatista.

Anos 1980: a transição para a seguridade social.

#### **Unidade 2 – Configuração legal e técnica do SUS.**

O SUS como um novo pacto social.

O SUS como um novo desenho político-institucional.

O SUS como um novo modelo técnico-assistencial.

#### **Unidade 3 – Os anos de 1990 e a implantação do SUS: desafios e inovações**

NOB-SUS 91 e NOB-SUS 93 – descentralização e gestão pública.

NOB-SUS 96 – reorganização do modelo de oferta de serviços.

Concepção ampliada de saúde.

O fortalecimento das instâncias colegiadas e da gestão pactuada e descentralizada.

#### **Unidade 4 – O SUS atual e perspectivas para o futuro**

As estratégias da NOAS-SUS 02.

A regionalização das ações em saúde.

O fortalecimento da capacidade de gestão do SUS.

Financiamento do SUS

### BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários (CONASS). **O Financiamento da Saúde.**

Brasília: CONASS, 2007. Disponível em: <http://www.conass.org.br>.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS). **Sistema Único de Saúde.** Brasília: CONASS, 2007. Disponível em: <http://www.conass.org.br>.

BRASIL. **Lei nº 8.080**, de 19 de setembro de 1990. Disponível em <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/Lei%208080.pdf>

BRASIL. **Lei nº 8142**, de 28 de dezembro de 1990. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/Lei8142.pdf>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. **Mais Saúde: direito de todos: 2008 – 2011.** Brasília: Ministério da Saúde, 2008. 106p. (Série C. Projetos, Programas e Relatórios).

BREILH J.; GANDRA E. **Investigação da Saúde na Sociedade.** Guia Pedagógico sobre um novo enfoque do método epidemiológico. Trad. Carvalheiro, J R. São Paulo: Instituto de Saúde/ABRASCO, 1986.

CAMPOS, G. W. S. . Reflexões sobre o Sistema Único de Saúde: inovações e limites.

**Revista do Serviço Público** (Brasília), v. esp., p. 123-132, 2007.

CAMPOS, G. W. S. et al. **Tratado de Saúde Coletiva** (Parte IV, Política, Gestão e Atenção em Saúde). São Paulo-Rio de Janeiro: Hucitec/FIOCRUZ, 2006.

PAIM, J. S. Descentralização das ações e serviços de saúde no Brasil e a renovação da proposta “Saúde para Todos”. In: **Conferência Regional Tendências futuras e renovação da meta saúde para todos.** Rio de Janeiro: UERJ. 1998. Série de Estudos em Saúde Coletiva; n.175.

PAIM, J.S. **Saúde, política e reforma sanitária.** CEPS Centro de Estudos e Projetos em Saúde. Salvador: Instituto de Saúde Coletiva-ISC. 2002.

ROUQUAYROL, M. Z.; ALMEIDA FILHO, N. **Epidemiologia e Saúde.** 6 ed.Porto Alegre: MEDSI, 2006.

<b>O Estado e os Problemas Contemporâneos</b>	C.H. 30h
<b>EMENTA</b>	
<p>Problemas de cunho sócio-econômico como os relacionados à distribuição de renda e riqueza, à geração de trabalho e renda, à inclusão social, à realização de reformas, ao aumento da transparência e da participação popular, serão, muito provavelmente, priorizados. As trajetórias das políticas públicas concernentes a esses problemas e os efeitos da inclusão da agenda neoliberal no seu processo de elaboração serão estudados a partir dos instrumentos usualmente empregados para analisar a conjuntura: reformas e coalizões. Tema com abrangência nacional, regional ou local definido pela Coordenação do Curso.</p>	
<b>COMPETÊNCIAS</b>	
<p>Tratar de conceitos relevantes relacionados à tradição democrática, como justiça e cidadania e sua relação com o Estado Moderno, de inspiração republicana. Analisar a evolução do tratamento da questão social pelo poder público, ao longo da história. Estudar questões relacionadas à Educação, à Saúde, à Assistência Social e ao mundo do trabalho.</p>	
<b>HABILIDADES</b>	
<p>Contribuir para a articulação de fatos políticos, culturais e sociais, no intuito de possibilitar o conhecimento dos caminhos já percorridos, os obstáculos encontrados e as oportunidades de avanço. Contribuir para análise crítica no que se refere ao cenário contemporâneo perpassando pela contextualização histórica da trajetória dos problemas sociais. Contribuir para o alcance do entendimento das principais políticas sociais em curso no país, além de obter condições de acesso a diversas fontes de informação.</p>	
<b>BASES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS</b>	
<p><b>Dimensões Conceituais e Históricas do Estudo dos Problemas e Políticas Sociais (UNIDADE 1):</b> Pobreza, desigualdade, exclusão e cidadania: correlações, interseções e oposições; Política social promovida pelo Estado e mais alguns conceitos relevantes. <b>Bases Econômicas do Estado de Bem-Estar Social: Keynesianismo e Fordismo (UNIDADE 1):</b> Definições; Modelos; Os Estados de Bem-Estar na nova ordem mundial; Políticas de Proteção Brasileira. <b>Políticas Sociais do Estado Brasileiro (UNIDADE 2):</b> Educação. <b>Políticas Sociais do Estado Brasileiro (UNIDADE 2):</b> Saúde. <b>Assistência Social e Segurança Alimentar (UNIDADE 2):</b> Programas de Assistência Social; Programa Bolsa Família (PBF); Benefício de Prestação Continuada (BPC); Sistema Único da Assistência Social (SUAS); Segurança Alimentar e Nutricional; Órgãos Colegiados das Políticas de Assistência Social e Segurança Alimentar.</p>	
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	
<p>ITUASSU, Arthur; ALMEIDA, Rodrigo (org.), <b>O Brasil tem jeito?</b> Vol.2: Educação, saúde,</p>	

justiça e segurança. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.  
 INSTITUTO DNA BRASIL. **50 brasileiros param para pensar a vocação do país**. São Paulo: Instituto DNA Brasil, 2005.  
 KLIKSBURG, Bernardo. **Falácias e mitos do desenvolvimento social**. Trad. Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2001. Cap. 3, “Como reformar o estado para enfrentar os desafios sociais do século XXI?”, p.69-103.

<b>Planejamento Estratégico Governamental</b>	C.H. 30h
<b>EMENTA</b>	
<p>Introdução ao Planejamento Estratégico. Aspectos Gerais e Históricos.          O Desenvolvimento Planejado. Evolução do Planejamento no Brasil.          Abordagem Crítica do Modelo Brasileiro de Planejamento Governamental.          Plano Plurianual.</p>	
<b>COMPETÊNCIAS</b>	
<p>Aprimorar competências gerenciais, direcionadas à melhoria do desempenho de processos de planejamento e gestão governamental (especialmente às metodologias de diagnóstico de situações e de planejamento de situações) e à otimização dos resultados organizacionais no âmbito do Sistema Único de Saúde, organização complexa responsável pela concretização do direito universal à saúde inscrito na Constituição Brasileira.</p>	
<b>HABILIDADES</b>	
<p>Perceber a importância do Planejamento Estratégico Governamental dentro do contexto sociopolítico;          Saber usar a Metodologia de Diagnóstico de Situações a partir da identificação de situações-problema comuns da gestão da política de saúde;          Resolver problemas estratégicos através da Metodologia de Planejamento de Situações, procurando otimizar os resultados organizacionais no âmbito da saúde.</p>	
<b>BASES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS</b>	
<p>Conteúdos Introdutórios ao Planejamento Estratégico Governamental. O Planejamento Estratégico Governamental como Convergência e Enfoque. Metodologia de Diagnóstico de Situações. Metodologia de Planejamento de Situações.</p>	
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	
<p>ALMEIDA Paulo R. <b>A experiência brasileira em planejamento econômico: uma síntese histórica</b>, 2004. (Mimeo)          CRISTO, Carlos Manuel Pedroso Neves. Prospectiva estratégica: instrumento para a construção do futuro e para a elaboração de políticas públicas. <b>Revista do Serviço Público</b>, Ano 54, Número 1, jan-mar 2003          ETKIN, Jorge. <b>Política, Gobierno y Gerencia de las Organizaciones</b>. Buenos Aires, Prentice Hall, 2000.          FISCHMANN, Adalberto A.; ALMEIDA, Martinho I. R. de . <b>Planejamento Estratégico na Prática</b>. São Paulo: Atlas, 1995.          LIMA, Blanca Olias de (coord). <b>La Nueva Gestión Pública</b>. Pearson Educación S. A. Madrid, 2001.          MATUS Carlos. <b>Adeus Senhor Presidente: governantes governados</b>. São Paulo: Fundap, 1996. p.19-70.          MATUS Carlos. <b>O método PES</b>. São Paulo: Fundap, 1995. p.51-100.          MATUS, Carlos. <b>Política planejamento e governo</b>. Brasília: IPEA, 1996.          MINTZEMBERG, Henry. <b>Ascensão e Queda do Planejamento Estratégico</b>. São Paulo,</p>	

Bookman, Ed, 2004. p.183-256.  
 MINTZEMBERG, Henry. **Safári de Estratégia**. São Paulo: Bookman, 1999.  
 MINTZEMBERG, Henry; Jan Jorgensen. Uma estratégia Emergente para la Política Publica. **Gestión y Política Pública**, vol. IV, num. 1, México, primer semestre de 1995.  
 OLIVEIRA, Djalma de P. R. **Planejamento Estratégico: conceitos, metodologia , práticas**. SP: Atlas, 1988.  
 OLIVEIRA, José A. P. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. **RAP**, Rio de Janeiro nº40, v. 1, mar./abr. 2006, p.273-88.

<b>Elaboração de Indicadores</b>	C.H. 30h
<b>EMENTA</b>	
<p>Avaliações – tipologias, sistemas, processos e requisitos de recursos informacionais;          Indicadores – conceitos, critérios, classificações e utilização;          Processo de elaboração – gestão do ciclo de vida, análise custo-benefício da produção e utilização de indicadores.          Indicadores brasileiros – bases de dados.</p>	
<b>COMPETÊNCIAS</b>	
<p>Compreender os conceitos de ambiente, qualidade de vida, medidas de saúde e intervenções em saúde.          Conhecer as principais fontes de informação de saúde para elaboração de indicadores.          Compreender a estrutura e qualificação de indicadores diversos como ferramenta para a gestão em saúde.</p>	
<b>HABILIDADES</b>	
<p>Conhecer um indicador para a gestão e ser capaz de identificá-lo e conceituá-lo.          Compreender as bases para cálculos de indicadores e sua interpretação.          Manipular as principais fontes de dados para a saúde no Brasil.          Comparar indicadores de saúde entre os municípios.</p>	
<b>BASES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS</b>	
<p>Conceituação e ferramentas para elaboração de indicadores.          Fontes de dados indicadores socioeconômicos, demográficos, de recursos, cobertura, saúde.          Os indicadores no cenário atual. SIS - DATASUS / RIPSAs.</p>	
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	
<p>BOSCHILÉA, Emília C. <b>Produção e utilização de indicadores: conceito e método</b>. Curitiba : FGVBSB, 1997.          CARDOSO, Regina L.S. <b>Elaboração de indicadores de desempenho institucional e organizacional no setor público</b>. São Paulo : CEPAM, 1999.          CARLEY, Michael. <b>Indicadores sociais: teoria e prática</b>. Rio de Janeiro : Zahar, 1985.          GASPARINI, Liz V. L. <b>Análise das inter-relações de indicadores econômicos, ambientais e sociais para o desempenho sustentável: um instrumento de monitoramento da sustentabilidade organizacional</b>. Florianópolis : UFSC, 2003.          GUIMARÃES, José R.S.; JANNUZZI, Paulo .M. <b>Indicadores sintéticos no processo de formulação e avaliação de políticas públicas</b>. (trabalho apresentado no XIV Encontro de Estudos Populacionais, ABEP, realizados em Minas Gerais, 20-24 de setembro de 2005)          JANNUZZI, Paulo .M. Estimativa de demandas sociais para fins de formulação de políticas públicas municipais. <b>Revista de Administração Pública</b>, Rio de Janeiro, v. 33.          JANNUZZI, Paulo.M. <b>Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações</b>. Campinas : Alínea, 2001.</p>	

MACHADO, Nelson. **Sistema de informação de custo**: diretrizes para integração ao orçamento público e à contabilidade governamental. Brasília : ENAP, 2005.  
TAKASHINA, N; FLORES, M. **Indicadores da qualidade e do desempenho**: como estabelecer metas e medir resultados. Rio de Janeiro : Quality Mark, 1997.  
TIRONI, L.F. et al. **Crítérios para a geração de indicadores de qualidade e produtividade no serviço público**. Brasília : IPEA,/MEFP, 1991 (Texto para discussão nº238).

<b>Desenvolvimento e Mudanças no Estado Brasileiro</b>	C.H. 30h
<b>EMENTA</b>	
<p>Desenvolvimento econômico, mudança social e centralização e descentralização político-administrativas no Brasil: da República oligárquica à República democrática do século XXI.</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Federalismo e governo de elites na Primeira República;</li> <li>2. Centralização, autoritarismo e políticas sociais no período Vargas (1930-1945);</li> <li>3. Democracia e desenvolvimento sob a Segunda República (1946-1964);</li> <li>4. Autoritarismo e redemocratização.</li> </ol>	
<b>COMPETÊNCIAS</b>	
<p>Perceber o contexto, capacidade de leitura macroespacial, do desenvolvimento e das mudanças no Estado brasileiro;</p> <p>Ampliar o senso crítico acerca das questões que versam sobre o Estado brasileiro;</p> <p>Aprimorar competências gerenciais, direcionadas à melhoria de processos administrativos e à otimização dos resultados organizacionais;</p> <p>Compreender as diferentes posições ideológicas no aparato do Estado;</p> <p>Promover a visão ampla e profunda sobre o desenvolvimento do Estado, suas mudanças, seus potenciais e limitações;</p> <p>Expandir o entendimento acerca do funcionamento da estrutura pública brasileira;</p> <p>Desenvolver a análise conjuntural e estratégica sobre a administração pública.</p>	
<b>HABILIDADES</b>	
<p>Capacidade de análise: analisar a função, o conteúdo e o contexto de cada matriz teórica que procura explicar o desenvolvimento e as mudanças no Estado brasileiro.</p> <p>Capacidade de codificação e decodificação: identificar as diferentes concepções ideológicas assumidas pelo Estado em diferentes períodos da história.</p> <p>Capacidade de compreensão: compreender os conceitos de desenvolvimento e estado.</p> <p>Capacidade de discriminação: reconhecer as diferenças entre os conceitos e entre as posições ideológicas que ampararam as mudanças no Estado.</p> <p>Capacidade de inferência: compreender as possibilidades de participação da sociedade e suas mudanças a partir do desenvolvimento do Estado.</p> <p>Capacidade de valorização: compreender os diferentes papéis dos atores, estado e sociedade, suas relações, seus potenciais e limites.</p>	
<b>BASES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS</b>	
<p>Introdução, conceituação e contextualização do tema. Características das mudanças no Estado e seus impactos no seio da sociedade. As fases do Estado brasileiro: Era Vargas, Estado Desenvolvimentista, Regime Militar, Redemocratização no Brasil. A atualidade, perspectivas e a necessidade de mudanças no Estado brasileiro.</p>	
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	
<p>ABRUCIO, Fernando L. <b>Os barões da federação: os governadores e a</b></p>	



**redemocratização brasileira.** São Paulo: HUCITEC, 1998. Cap. 2, “A passagem do modelo unionista-autoritário para o federalismo estadualista: a origem do novo poder dos governadores”, p. 59-108.

BRESSER-PEREIRA, Luiz C. Do estado patrimonial ao gerencial. In: Pinheiro, Wilhelm e Sachs (orgs.), **Brasil: Um Século de transformações.** S.Paulo: Cia. das Letras, 2001. p. 222-259.

DINIZ, E. Governabilidade, democracia e reforma do Estado : os desafios da construção de uma nova ordem no Brasil dos anos 90. In: DINIZ, E.; AZEVEDO, S. (Org.). **Reforma do Estado e democracia no Brasil.** Brasília : UnB, 1997.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. Partidos políticos na Câmara dos Deputados, 1989-1994. **DADOS**, vol. 38, nº 3, 1995.

LESSA, Carlos. **Quinze anos de política econômica.** 4. ed. São Paulo : Brasiliense, 1983.

MARTINS, Luciano. **Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64.** Paz e Terra, 1985.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista.**

SANTOS, Wanderley G. **Cidadania e justiça.** Rio de Janeiro : Campus, 1979. Cap I e II.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Sociedade e política no Brasil.** São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

SOUZA, Maria C. C. **Estado e partidos políticos no Brasil, 1930-1964.** São Paulo : Alfa-Ômega, 1976. Cap. IV, “Os mecanismo da centralização” p. 83-104.

### Módulo Específico em Gestão de Organização Pública de Saúde

<b>MÓDULO II – Específico em Gestão de Organização Pública de Saúde</b>		
<b>Ord.</b>	<b>Unidades curriculares</b>	<b>C. H.</b>
1	Gestão Logística em Saúde	30
2	Gestão da Vigilância à Saúde	30
3	Gestão dos Sistemas dos Serviços de Saúde	60
4	Organização e Funcionamento do SUS	60
5	Metodologia Científica	60
<b>Total de Horas do Módulo</b>		<b>240</b>

#### 13.1.2 Ementas e bibliografias do Módulo Gestão de Organização Pública de Saúde

Gestão Logística em Saúde	C.H. 30h
<b>EMENTA</b>	
Cadeia de suprimentos. Conceitos Logística x Cadeia de Suprimento Modelos de Previsão de Demanda Aquisição. Sistemática de Compras e Escolha de Fornecedores em unidades de saúde. Gestão da Cadeia de Suprimentos. Tipos de Redes de Suprimento. Níveis de Serviços Armazenagem. Manuseio e Acondicionamento de Produtos. Localização.	
<b>COMPETÊNCIAS</b>	
Compreender as atividades de logística de uma empresa com ênfase hospitalar e demais serviços de saúde, utilizando as metodologias e tecnologias atualizadas de gestão e identificando as oportunidades de redução de custos, o aumento da	

qualidade dos serviços em geral e o aumento da qualidade de cumprimento do prazo.

Beneficiar o cliente/usuário e contribuir para melhoria da gestão na instituição prestadora de serviços de saúde.

### HABILIDADES

Entender o que é logística e identificar as cadeias de suprimentos e a logística do abastecimento nos serviços de saúde, possibilitando benefícios à instituição e ao usuário. Compreender a importância da adoção da logística reversa para a manutenção do meio ambiente e como estratégia competitiva para as empresas.

Compreender o sistema de controle e gerenciamento de medicamentos nas instituições de saúde, bem como o ciclo logístico da assistência farmacêutica.

Compreender as demandas de equipamentos, prédios e instalações; procurar respostas para problemas de sucateamento e de seus parques de equipamento.

### BASES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS

Introdução à logística. Sistema logístico. Cadeia de Suprimentos e Logística do Abastecimento Logística Reversa. Logística Hospitalar. Gestão de Medicamentos – Assistência farmacêutica. Manutenção e Gerenciamento de Ambientes Hospitalares.

### BIBLIOGRAFIA

AGAPITO, Naraiana. **Gerenciamento de Estoques em Farmácia Hospitalar**. Grupo de Estudos Logísticos da Universidade Federal de Santa Catarina – GESLOG. 2005.

BALLOU, Ronald H. **Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos: Planejamento, Organização e Logística Empresarial**. 4ª edição. Porto Alegre: Bookman, 2001;

BARBIERI, José Carlos; MACHLINE, Claude. **Logística Hospitalar**. São Paulo: Saraiva, 2006.

CARVALHO, Francisco Edinaldo Lira de; PIGNOLATI, Gisele Medeiros; CAMPOS, Antônio Jorge Cunha. A Aplicação das metodologias ABC e XYZ na gestão logística de sistemas de saúde. **Revista Gestão da Produção: uma visão sobre as organizações da Amazônia**, p. 137-151. Manaus: ABREPO, 2006.

CUNHA, Fernando Lopes de Souza da. A aplicação da aliança logística: estudo de caso em hospitais da Universidade Federal do Ceará. **Revista Ciência e Administração**, v.9, n.2, p. 132-151, dez. 2003. Fortaleza, 2003.

INFANTE, Maria; SANTOS, Maria Angélica dos. A organização do abastecimento do hospital público a partir da cadeia produtiva: uma abordagem logística para a área de saúde. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, julho-agosto, v.12, n.4, p.945-954. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 2007.

LEITE, Paulo Roberto. Logística Reversa: nova área da logística empresarial. **Revista Tecnológica**, jun. 2002. São Paulo: 2002.

MARTINS, Petrônio Garcia; ALT, Paulo Renato Campos. **Administração de materiais e recursos patrimoniais**. São Paulo: Saraiva, 2001.

NOVAES, Mario Lucio de Oliveira; GONÇALVES, Antonio Augusto; SIMONETTI, Vera Maria Medina. Gestão das farmácias hospitalares através da padronização de medicamentos e utilização da curva ABC. **XIII SIMPEP**. Bauru, 2006.

PEREIRA, Moacir. **Logística Hospitalar: reposição contínua de medicamentos na farmácia**. Editora Moinho Editorial, 2008.

SANTOS, Gustavo A. dos. **Gestão de farmácia hospitalar**. Editora SENAC–SP. 2008.

SIMONETTI, Vera Maria Medina; NOVAES, Mario Lucio de Oliveira; GONÇALVES, Antônio Augusto. Seleção de Medicamentos, classificação ABC e redução do nível de estoques na farmácia hospitalar. In: **XXVII Encontro Nacional de Engenharia de Produção – ENGEPE**. Foz do Iguaçu: ENGEPE, 2007.

Gestão da Vigilância à Saúde	C.H. 30h
<b>EMENTA</b>	
<p>Conceitos, definições básicas e medidas em epidemiologia, tipos de estudos e metodologia de investigação. Conceitos básicos envolvidos na produção e utilização de informações. Sistema de Informação. Base de dados Nacionais. Análise de dados: demanda, oferta e atendimento. Identificação e análise de risco. Perfil demográfico e epidemiológico brasileiro/tendências. Vigilância à saúde, promoção da saúde, prevenção dos fatores de risco. Condições de saúde: necessidades e expectativas da população (análise de situação de saúde com participação da população). Pacto pela Saúde. Pacto de gestão: fundamentos e seus instrumentos (Planejamento Regional, PDI, PDR, PPI, CGR).</p>	
<b>COMPETÊNCIAS</b>	
<p>Interferir no processo saúde-doença, no que diz respeito às questões socioambientais.          Desenvolver processo de reflexão sobre as ações das Vigilâncias em Saúde.          Discutir a adequada utilização de legislações visando melhorias na qualidade da saúde das pessoas.          Elaborar programas de gestão integrada municipal das Vigilâncias em Saúde.          Desenvolver processo de reflexão sobre as ações das Vigilâncias em Saúde.          Construir uma cultura institucional de adoção de critérios socioambientais e práticas sustentáveis na gestão das ações de saúde.          Promover a saúde e saúde pública, como prática social e ambiental.</p>	
<b>HABILIDADES</b>	
<p>Interferir no processo saúde doença, especificamente nas questões das Vigilâncias em Saúde.          Atuar nas ações de vigilância Epidemiológica, Sanitária e Ambiental e Saúde do Trabalhador.          Interagir com as estruturas funcionais das das Vigilâncias em Saúde.          Desenvolver processo de reflexão sobre o papel das Vigilâncias em Saúde.</p>	
<b>BASES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS</b>	
<p><b>Unidade 1</b> - As vigilâncias do campo da saúde. Conceitos: Saúde, Ambiente, Epidemiologia, Acidente do trabalho, As Vigilâncias em saúde.  <b>Unidade 2</b> – Estruturação, financiamento e gestão dos sistemas nacionais das vigilâncias.          • Estrutura e Gestão das Vigilâncias em Saúde: Vigilância Ambiental, Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica, Vigilância da Saúde do Trabalhador.          A legislação específica que estabelece a organização funcional das Vigilâncias à Saúde.  <b>Unidade 3</b> - Estrutura e funcionalidades das vigilâncias em saúde em SC.          A Estrutura Funcional da Vigilância Sanitária em SC.          Ações, Projetos e Planos da Vigilância Sanitária.          A municipalização da Vigilância Sanitária.          Laboratórios de Saúde Pública – LACEN.  <b>Unidade 4</b> - Cuidado em saúde e qualidade de vida: desafios para as vigilâncias Saúde Ambiental. Sustentabilidade. Desenvolvimento Sustentável.          Ações participativas. Socialização. Resumo e Conclusões.</p>	
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	
<p>BEAGLEHOLE, R. et al. <b>Epidemiologia básica</b>. Ed. Santos, 2001.          BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas. <b>Diretrizes para a programação pactuada e integrada da assistência à saúde</b>. Brasília : Ministério da Saúde, 2006. 148 p. (Série B. Textos Básicos de Saúde, vol 5).          BREILH J.; GANDRA E. Investigação da Saúde na Sociedade. <b>Guia Pedagógico sobre um novo enfoque do método epidemiológico</b>. Trad. Carvalheiro, J R. São Paulo:</p>	

Instituto de Saúde/ABRASCO, 1986.  
 MEDRONHO, R. A. **Epidemiologia**. São Paulo. Editora Atheneu, 2006.  
 MORAES, I. H. S.; VASCONCELLOS, M. M. Política Nacional de Informação, Informática e Comunicação em Saúde: Um Pacto a ser Construído. **Saúde em Debate**, v. 29, p. 86-98, 2005.  
 MORAES, I. H. S. **Política, tecnologia e informação em saúde** – a utopia da emancipação. Salvador: ISC/UFBA. 2002.  
 REDE INTERAGENCIAL DE INFORMAÇÃO PARA A SAÚDE. **Indicadores básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações**. 2. ed. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2008.

Gestão dos Sistemas dos Serviços de Saúde	C.H. 60h
<b>EMENTA</b>	
<p>Relações interfederativas, o papel de entes federados e suas as responsabilidade sanitárias à luz do Pacto pela Saúde.          Consórcios públicos de saúde; Gestão do trabalho e educação na saúde;          Financiamento e respectivos mecanismos de repasse do SUS; Fundamentos e diretrizes da Regulação da atenção e Regulação do acesso; Auditoria dos serviços e de gestão;          Desenvolvimento de atitudes gerenciais voltadas para a liderança, a negociação, a resolução de conflitos, a comunicação e outros.          Reorganização da dinâmica de gestão do trabalho em equipe: adoção de espaços coletivos de singularização (inclusão das diferenças), construção de grupidades e contratação de tarefas com corresponsabilização.</p>	
<b>COMPETÊNCIAS</b>	
<p>Conhecer a trajetória histórica dos sistemas e serviços de saúde internacional e nacional, compreendendo a importância e a organização das redes de atenção, da dinâmica dos sistemas locais, propondo estratégias de minimização dos problemas.</p>	
<b>HABILIDADES</b>	
<p>Discorrer sobre a evolução dos sistemas de saúde no Brasil e no mundo.          Analisar as bases teóricas dos sistemas de saúde.          Realizar análise dos serviços locais existentes.          Identificar problemas e propor estratégias de intervenção nos sistemas de saúde locais.</p>	
<b>BASES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS</b>	
<p>Sistemas de Saúde e Organização dos serviços.          Organização das redes de atenção.          O diagnóstico de situação em sistemas locais de saúde.          Identificação de problemas e definição de estratégias de intervenção.</p>	
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	
<p>BRASIL. Conselho Nacional de Secretarias de Saúde. <b>Para entender a gestão do SUS</b>. Brasília: CONASS. 2003. 248p.          BRASIL. Ministério da Saúde. <b>Diretrizes para a implantação de Complexos Reguladores</b>. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 68p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos, vol 6).          BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. <b>Diretrizes Operacionais dos Pactos pela Vida, em Defesa do SUS e de Gestão</b>. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 76 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos, vol. 1).          BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. <b>Regulamento dos pactos pela vida e de gestão</b>. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. xx p. (Série A. Normas e Manuais</p>	

Técnicos, vol 2).

PIERANTONI, C. As reformas do Estado, da Saúde e Recursos Humanos: limites e possibilidades. **Ciência e Saúde Coletiva**, ABRASCO XI (2), 2001, p. 341-361.

PIERANTONI, C. Recursos Humanos e Gerência no SUS. In: NEGRI, Barjas;

VIANA, Ana Luiza (Orgs.). **O Sistema Único de Saúde em dez anos de desafio**. São Paulo: Sobravime, p. 609-630, 2002.

Organização e Funcionamento do SUS	C.H. 60h
<b>EMENTA</b>	
O processo de planejamento e programação em saúde; Instrumento de planejamento no SUS; Recursos – levantamento de informações e análise de estrutura, processos e resultados; Articulação entre os pontos de atenção; A gestão de recursos; Recursos financeiros; Mecanismos de gestão compartilhada; Análise da capacidade institucional (capacidade instalada dos serviços; recursos humanos; suporte logístico; compromissos pactuados/estabelecidos, conselhos e colegiados). Redes de Atenção: Atenção Primária em Saúde; Atenção especializada; Política de Urgência e Emergência; Serviços de diagnóstico e terapia.	
<b>COMPETÊNCIAS</b>	
Aprimorar competências gerenciais, que incluem o conhecimento dos princípios da gestão em saúde, da administração pública em saúde e de modelos gerenciais e assistenciais aplicáveis aos serviços de saúde por meio de processos de planejamento e gestão governamental e à otimização dos resultados organizacionais no âmbito do Sistema Único de Saúde.	
<b>HABILIDADES</b>	
Aplicar princípios da gestão em saúde e da administração pública no contexto da gestão do Sistema Único de Saúde. Saber usar instrumentos gerenciais, como o contrato de gestão, para qualificar o desempenho organizacional de serviços de saúde. Aplicar conhecimentos de planejamento de serviços de saúde para a gestão de sistemas de saúde. Resolver situações-problema no âmbito da qualificação profissional para os serviços de saúde.	
<b>BASES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS</b>	
Princípios da Gestão em Saúde. Administração Pública em Saúde e Modelos de Gestão em Saúde. Organizações de Saúde. Contratos de Gestão em Saúde. Modelos Gerenciais em Saúde e o Planejamento de Serviços de Saúde. Profissionalização dos Dirigentes de Serviços de Saúde.	
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. <b>Política nacional de atenção básica</b> . Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 60 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos, v. 4) BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. <b>Diretrizes para a programação pactuada e integrada da assistência à saúde</b> . Brasília : Ministério da Saúde, 2006. 148 p. (Série B. Textos Básicos de Saúde, vol 5). BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. <b>Política nacional de promoção da saúde</b> . Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 60 p. (Série B. Textos Básicos de Saúde, vol 7).	

CAMPOS, F. E.; CHERCHIGLIA, M. L.; GIRARDI, S. N. Gestão, profissões de saúde e controle social. **Cadernos da 11ª Conferência Nacional de Saúde**, Brasília, p. 83-99, 2000.

CAMPOS, F. E.; PIERANTONI, C. R.; MACHADO, M. H. Conferências de Saúde, o trabalho e os trabalhadores da saúde: a expectativa do debate. **Cadernos de RH Saúde**, v. 3, p. 9-12, 2006.

MORAES, I. H. S. ; VASCONCELLOS, M. M. Política Nacional de Informação, Informática e Comunicação em Saúde: Um Pacto a ser Construído. **Saúde em Debate**, v. 29, p. 86-98, 2005.

MORAES, I. H. S. **Política, tecnologia e informação em saúde** – a utopia da emancipação. Salvador: ISC/UFBA. 2002.

PAIM, J. S. **Saúde da família: espaço de reflexão e de contra hegemonia**. Interface; 2001. vol 5. n.9. 133-149.

REDE INTERAGENCIAL DE INFORMAÇÃO PARA A SAÚDE. **Indicadores básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações** . 2. ed. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2008. 349 p.

Metodologia Científica	C.H. 60h
<b>EMENTA</b>	
Assinalar os principais métodos de pesquisa em Saúde a fim de aplicar na construção dos projetos de pesquisa das monografias de conclusão do curso.	
<b>COMPETÊNCIAS</b>	
Diferenciar as concepções de ciência; Compreender os tipos de conhecimento científico; Entender o significado de metodologia científica; Classificar os diferentes métodos; Identificar a importância da estrutura das etapas de uma pesquisa; Conhecer detalhadamente os processos de execução de uma pesquisa; Conhecer e identificar os elementos que compõem uma monografia; Conhecer a estrutura de um trabalho acadêmico; Identificar os principais tipos de trabalho acadêmico; Ser capaz de elaborar diversos tipos de trabalhos didáticos para beneficiar sua pesquisa; Conhecer as normas técnicas indicativas da metodologia para elaboração de trabalhos acadêmicos referentes às citações e às referências; Conhecer a política da pesquisa em saúde; Conhecer as diretrizes e normas regulamentadoras da pesquisa com seres humanos; Entender o significado da ética na pesquisa em saúde; aprender a encaminhar o projeto de pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa – CEP; Cadastrar projeto no site do SISNEP - Sistema Nacional de Informação sobre Ética em Pesquisa envolvendo seres humanos;	
<b>HABILIDADES</b>	
Elaborar projetos e relatórios. Aplicar metodologias com base científica. Preparar, aplicar e avaliar técnicas de apresentações. Definir tipos de pesquisa. Elaborar resumos científicos, artigos e trabalhos didáticos. Utilizar NBR 10520 para citação em documentos.	

Utilizar NBR 14724 para elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos.  
Utilizar NBR 6023 para elaboração de referências.  
Aplicar a Resolução 196/96/CNS nas pesquisas que envolvem seres humanos.

### BASES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS

Sensibilização para a pesquisa na área da saúde.  
O cenário da pesquisa em saúde. Prioridades de pesquisa em saúde.  
Processo de elaboração do projeto de pesquisa. (Assunto e delimitação de tema. Formulação do problema de pesquisa. Formas de conhecimento. Processos de execução da pesquisa).  
Estrutura e Normas técnicas para elaboração de trabalhos acadêmicos.  
A pesquisa com seres humanos.

### BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Maria Margarida. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

ASSOCIACAO BRASILEIRA DE NORMAS TECNICAS. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

\_\_\_\_\_. **NBR 14714**: folha de aprovação. Rio de Janeiro, 2005.

\_\_\_\_\_. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. **NBR 6024**: numeração progressiva de seções de um documento: procedimento. Rio de Janeiro, 2005.

\_\_\_\_\_. **NBR 6029**: apresentação de livros. Rio de Janeiro, 1993.

\_\_\_\_\_. **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. **NBR 10719**: apresentação de trabalhos técnico-científicos. Rio de Janeiro, 2005.

\_\_\_\_\_. **NBR 12225**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2004.

CONSELHO NACIONAL DE SAUDE. **Resolução 196**, de 10 de outubro de 1996 que aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Disponível em: <<http://vsites.unb.br/fs/clm/labcor/etic196.htm>>. Acesso em: 13 mai. 2011.

\_\_\_\_\_. **Comissão nacional de ética em pesquisa**. Disponível em: [http://conselho.saude.gov.br/web\\_comissoes/conep/index.html](http://conselho.saude.gov.br/web_comissoes/conep/index.html). Acesso em: 11 mai. 2011.

CORTELLA, Mario Sergio. A ética e a produção do conhecimento hoje. In: *Ética em pesquisa. Quero? Posso? Devo?* **Boletim do Instituto de Saúde**. nº 35. abril de 2005. São Paulo. p. 5 – 7.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção de conhecimento**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1996.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

\_\_\_\_\_. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

LUCKESI, Carlos et al. **Fazer universidade**: uma proposta metodológica. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1986.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1993.

\_\_\_\_\_. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

POPPER, K. R. **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Cultrix, 1974.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia científica**: a construção do conhecimento. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

TRIVINOS, A. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1996.

#### **14. SISTEMA de AVALIAÇÃO**

A avaliação no processo de construção do conhecimento neste curso pretende ser um instrumento que possibilite a identificação do desenvolvimento de competências (atitudes, conhecimentos e habilidades) do estudante e que forneça elementos para orientações necessárias, complementações, enriquecimento no processo dessa construção. O parâmetro para a avaliação terá como fundamento o perfil profissional delineado para o egresso e a Organização Didática Pedagógica do Câmpus Florianópolis – ODP.

A avaliação se propõe a ser um instrumento para a reorientação do estudante no desenvolvimento das aprendizagens e, para os professores, no replanejamento de suas atividades. É, pois, processual, como ferramenta construtiva que promove melhorias e inovações, com vistas ao aperfeiçoamento da aprendizagem dos estudantes.

As unidades curriculares serão ofertadas em pares. As UCs com carga horária de 30h serão distribuídas em 05 (cinco) semanas e as de 60h ocorrerão ao longo de 09 (nove) semanas. A(s) atividade(s) avaliativa(s) será(ão) desenvolvida(s) na plataforma Moodle – por meio das ferramentas: chat, fórum de discussão, questionário, envio de tarefa (projetos, pesquisas, relatórios) dentre outras, e será(ão) avaliada(s) pelo professor da unidade curricular com o auxílio dos tutores a distância.

#### **15. APROVEITAMENTO ACADÊMICO**

A avaliação da aprendizagem do estudante atende ao que dispõe o art. 6º, parágrafo único da Resolução nº1/2007 do Conselho Nacional de Educação: “os cursos de pós-graduação *lato sensu* oferecidos a distância deverão incluir, necessariamente, provas presenciais e defesa presencial individual de trabalho de conclusão de curso”, e levará em conta:

- a participação do estudante nas atividades presenciais;
- a participação do estudante nas atividades *online*;
- a execução e entrega das tarefas propostas nos prazos estabelecidos;
- as provas escritas de caráter individual e presencial.

O resultado da avaliação será expresso pelos conceitos: E: Excelente, P: Proficiente, S: Suficiente, I: Insuficiente. Ao estudante que não conseguir construir a competência no tempo previsto será dada a possibilidade de desenvolver estudos paralelos, com o acompanhamento do tutor presencial, do tutor a distância, sob orientação do professor.

Os estudantes serão avaliados pelos seguintes instrumentos:

- prova presencial ;



- atividade avaliativa (obrigatória) - AO;
- controle de frequência.

### **15.1 Prova presencial**

- Haverá 01(uma) prova presencial por unidade curricular com exceção da UC de Metodologia Científica que será avaliada pelo projeto de intervenção.
- Essa prova será realizada de forma individual e presencial;
- O estudante deverá obter, no mínimo, conceito suficiente (S).

Obs.1: o estudante que não pôde estar presente na data da prova presencial e que possua justificativa comprovada (original ou cópia com carimbo “confere com original”) terá a possibilidade de realizar prova de segunda chamada.

Obs.2: o estudante que obtiver desempenho insuficiente (I) na prova presencial (ou de segunda chamada) e que atenda à exigência de frequência suficiente na unidade curricular poderá fazer prova de recuperação individual, que acontecerá ao final de cada módulo, como reza o documento do ODP.

As provas acontecerão: Primeiro Bloco: fim da unidade curricular *Políticas de Saúde: Fundamentos e Diretrizes do SUS*; Segundo Bloco: fim da unidade curricular *Desenvolvimento e Mudanças no Estado Brasileiro*; e Terceiro Bloco: fim da unidade curricular *Organização e Funcionamento do SUS*.

### **15.2 Atividade avaliativa**

- Poderá ser realizada de forma individual ou em equipe, a critério do professor;
- No caso de atividade em equipe, é de responsabilidade de todos os integrantes zelarem pelo cumprimento do prazo;
- Será realizada no mínimo 01(uma) Atividade Avaliativa obrigatória em cada UC, que busque contribuir e dar base para a construção do projeto de intervenção no fim do curso;
- Fica a critério do professor sugerir atividades que possam contribuir para a construção da atividade obrigatória, proporcionando aos alunos maior interação, entre si assim como com o conteúdo;
- O estudante deverá obter, no mínimo, conceito suficiente (S).

Obs.: o estudante que obtiver desempenho insuficiente (I) na atividade avaliativa terá direito à recuperação de atividade avaliativa, que será realizada de forma individual, conforme mencionado no item anterior.

### **15.3 Frequência**

A frequência mínima exigida é de 75% nas atividades presenciais e a distância conforme resolução CEPE 105/2011. Essa frequência será acompanhada por meio dos momentos

síncronos e atividades assíncronas como avaliações presenciais, postagens das atividades obrigatórias ou outros trabalhos de pesquisa individual ou coletiva.

#### **15.4 Aprovação**

Para a composição do conceito final de cada unidade curricular serão consideradas a(s) atividade(s) avaliativa(s), a prova presencial e a frequência.

Para ser considerado apto, o estudante deverá obter, no mínimo, o conceito suficiente (S) em todas as unidades curriculares, na elaboração do trabalho de conclusão e em sua apresentação perante banca pública.

### **16. METODOLOGIA: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS**

Para qualificar os profissionais da área da saúde e gestão a integração teoria-prática é proposta a partir de problemas em situações reais, da reflexão-ação-reflexão da prática vivenciada, de estudos de caso e da realização de oficinas.

A unidade curricular de Metodologia científica deverá ser iniciada ainda nas unidades curriculares do módulo básico com o objetivo de preparo do estudante no desenvolvimento do projeto de intervenção. Ao final do módulo específico na referente unidade curricular de metodologia científica haverá o desenvolvimento do projeto de intervenção.

Antes do início de cada unidade curricular far-se-á uma reunião entre professor, tutores a distância e designer instrucional com o objetivo de planejamento e integração do desenvolvimento da ementa curricular e de estratégias pedagógicas adotadas, denominar-se-á de reunião do plano instrucional. Observando-se que neste momento já deverão prever atividades integrativas aos estudantes com o objetivo do desenvolvimento do Projeto de Intervenção.

O IFSC, por intermédio da UAB/MEC, se responsabilizará pela equipe pedagógica, materiais e professores. Cabe ao estado/município a estrutura existente nos polos, com infraestrutura técnica e pedagógica, laboratório de computação, sala multimídia para as interações, biblioteca, para as atividades presenciais e como base de apoio para os estudos durante todo o curso.

#### **16.1 – Recursos Didáticos**

As práticas pedagógicas buscarão o desenvolvimento de competências por meio da aprendizagem ativa do estudante utilizando os seguintes recursos de aprendizagem como o material impresso nos polos (textos de apoio por disciplina), material multimídia e utilização do ambiente virtual de aprendizagem *Moodle*, para comunicação entre os sujeitos e a disponibilização de textos complementares, a elaboração e apresentação de trabalhos com

videoconferência, pesquisas, projetos, seminários, estudos de caso, *internet*, *chats*, fóruns de discussão, trabalhos em grupo, pesquisas na rede mundial de computadores, metodologia de projetos, metodologia de resolução de problemas, estudo dirigido, entre outros.

Momentos presenciais síncronos e assíncronos possibilitarão a interação entre professor-estudante e estudante-estudante, favorecendo o processo de ensino e aprendizagem, que terá à sua disposição um sistema de acompanhamento do aluno (tutoria).

## **16.2 - MOMENTOS PRESENCIAIS**

Ao longo do curso, haverá encontros presenciais que serão toda semana nas terças feiras, bem como para a finalização de uma Unidade Curricular – momento este em que se realizará a avaliação da mesma. Além disso, os docentes, durante a realização da sua Unidade Curricular, deverão visitar pelo menos um polo de apoio presencial, momento que servirá para discussões temáticas, orientações, oficinas, avaliações de aprendizagem, apresentação de trabalhos.

## **16.3 Horário de realização do Curso**

### **Encontros Presenciais**

- Interação síncrona: terças-feiras.
- Horário: das 19h00min às 21h 45min

### **Atividades de Tutoria**

- De segunda a sexta-feira.
- Horário: das 18h30 min às 21h 30min

## **17. CORPO DOCENTE**

Em conformidade à Resolução CEPE/IFSC nº 105, de 18 de agosto de 2011, o corpo docente do curso será formado por professores com titulação mínima de especialização, sendo que, pelo menos, 50% deverão apresentar titulação de mestre ou doutor, obtida em programa de pós-graduação *stricto sensu* reconhecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), conforme estabelece a Resolução CNE/CES nº 1, de 8 de junho de 2007.

A seleção dos docentes que ministrarão as unidades curriculares será por intermédio de

edital interno organizado pelo IFSC, e que levará em conta alguns critérios:

- dispor de horário específico de permanência para atendimento ao estudante;
- possuir no mínimo especialização na área do curso;
- apresentar disponibilidade para se dedicar, ao cumprimento das tarefas que compõem suas atividades;
- demonstrar possuir os conhecimentos necessários às funções que desempenhará;
- aceitar participar, como cursista, de uma capacitação em Educação Aberta e a Distância.

No caso de não preenchimento da totalidade das vagas, selecionar-se-ão profissionais de outras instituições de ensino ou ainda estudantes de programas de pós-graduação *strictu sensu*, conforme legislação em vigor.

## 18. EQUIPE DE TUTORIA

Os tutores, presenciais e a distância, serão selecionados por meio de edital público. Será exigida formação de nível superior e experiência mínima de 1 (um) ano no magistério do ensino básico ou superior, ou formação pós-graduada, ou vinculação à programa de pós-graduação (cf. Resolução/CD/FNDE nº 08, de 30 de abril de 2010). Atuarão no curso dois tutores presenciais e um tutor a distância para cada câmpus/polo, totalizando 8 (oito) tutores presenciais e 6 (seis) tutores a distância, sendo 2 (dois) com foco nas ações didático – metodológicas que serão o designer instrucional e tutor de moodle.

Serão atribuições da equipe de **tutoria a distância**, dentre outras:

- ler os materiais de estudo do curso;
- participar de encontro de formação específico com o professor de cada unidade curricular;
- acompanhar as aulas presenciais;
- assessorar o professor no processo didático-metodológico;
- auxiliar o professor na correção de atividades e provas;
- acompanhar a frequência e as atividades dos estudantes do câmpus ou polo sob sua responsabilidade;
- mediar a comunicação entre estudante, tutor presencial, professor e coordenação do curso.

Quanto às principais funções dos **tutores presenciais**, destacam-se:

- acompanhar diariamente as atividades dos estudantes, orientando-os quanto a prazos, instruções e normas;
- acompanhar regularmente a frequência dos estudantes nas atividades presenciais e a distância;
- incentivar os estudantes ao prosseguimento dos estudos;

- identificar eventuais dificuldades dos estudantes e encaminhá-las à coordenação do curso.

## 19. INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLOGIAS

A infraestrutura necessária para a oferta do curso na educação a distância constitui-se em sala para atividades administrativas, de apoio pedagógico e tutoria, sala de videoconferência, suporte técnico e de redes, laboratório para produção multimídia e laboratório de informática.

Para os estudantes, os câmpus/polos de apoio presencial devem dispor de: laboratório equipado com computadores e acesso à internet, sala de tutoria para atendimento individual e ambiente para videoconferência, biblioteca e sala da coordenação de polo.

Quanto à sala de aula virtual, o curso adota o *Moodle*, por ser um programa de código aberto e por sua interface simples e bem estruturada. Esse ambiente virtual de ensino e aprendizagem (AVEA) oferece diversos recursos de comunicação e interação entre todos os envolvidos, além de possibilitar o uso de diferentes ferramentas e recursos pelos estudantes e formadores, tais como: agenda, tarefas, material de apoio, textos, perguntas, pesquisa de opinião, fóruns de discussão, bate-papo, correio eletrônico, questionários, pesquisa de avaliação, acessos; trabalho com revisão, administração do curso; suporte e autenticação de acesso, dentre outras.

## 20.TCC

O projeto de intervenção será o Trabalho de Conclusão deste Curso e compreenderá um projeto de pesquisa-intervenção desenvolvido ao longo do curso, organizado com foco num problema delimitado e objeto de análise. Expressará os processos de aprendizagem, o comprometimento pessoal e o envolvimento discente no projeto de pesquisa-intervenção.

O projeto deve ser elaborado individualmente pelo estudante e abordar um tema relevante para o setor público. O tema será aprovado conforme as linhas de pesquisa, sendo Gestão do Trabalho e Educação em Saúde; Sistema, políticas e serviços de saúde; assistência farmacêutica; Avaliação de tecnologias e economia em saúde; determinantes sociais da saúde; gestão da vigilância a saúde; empreendedorismo e gestão de pessoas; gestão do conhecimento; políticas públicas e planejamento em saúde mental; política nacional de humanização, estipuladas pelo curso em questão. Durante o desenvolvimento do projeto, cada participante terá o apoio metodológico e conceitual de um professor-orientador do curso<sup>3</sup> ou do IFSC.

Como resultado do projeto, o participante deve propor o caminho para a solução de um problema e/ou uma oportunidade para um setor da atividade pública ou privada, com base em discussão aprofundada sobre a questão.

---

<sup>3</sup> O quadro de professores deste curso é selecionado via edital e é composto por profissionais externos ao IFSC e do quadro permanente deste.

A aprovação do projeto é determinante para a conclusão da Pós-Graduação em Gestão em Saúde. O trabalho aprovado deverá ser apresentado pelo participante na Unidade Curricular Projeto de Intervenção.

Conforme a Resolução n°. 1 de 8 de junho de 2007 do Conselho Nacional de Educação e Resolução CEPE/IFSC n°105/2011, a defesa/arguição do TCC será presencial com o apoio dos recursos midiáticos e individual.

A carga horária total da construção do Projeto de Intervenção será de 60h, distribuídas em 6 (seis) meses.

## **21. ORIENTAÇÃO DO PROJETO DE INTERVENÇÃO**

O professor orientador será selecionado por meio de edital lançado no site do IFSC que contemplará requisitos com a devida pontuação para a seleção. Poderá ser docente do próprio curso ou, fazer parte do quadro efetivo do IFSC. A qualificação exigida aos professores orientadores do curso, conforme Resolução CEPE/IFSC n° 105 em seu artigo 38 prevê:

O corpo docente dos cursos mencionados no art. 2º do capítulo I deverá ser constituído por professores especialistas ou de reconhecida capacidade técnico-profissional, sendo que 50% (cinquenta por cento) destes, pelo menos, deverão apresentar titulação de mestre ou de doutor obtido em programa de pós graduação *stricto sensu* reconhecido pela CAPES.(IFSC, 2011, p. 10).

Cada professor orientador poderá orientar até **05** (cinco) estudantes, responsabilizando-se por estes em seus processos pedagógicos/metodológicos desde a etapa de construção, desenvolvimento e encerramento de seus trabalhos de conclusão de curso, bem como deve estar comprometido também com a manutenção de permanência deste estudante no curso durante o processo de orientação.

### **21.1 DINÂMICA DE DEFESA DO PROJETO DE INTERVENÇÃO**

Para apresentação do projeto de intervenção, deverá o estudante, dentro dos prazos estabelecidos pelo projeto de Curso, satisfazer os seguintes itens: ter integralizado todos os créditos ou carga horária total e preencher formulário específico para apresentação.

Para fins de apresentação do projeto, o estudante deverá encaminhar, à Coordenação do Curso, 02 (duas) cópias digitais – uma em PDF outra em ODT – do trabalho final junto com o formulário para apresentação, no prazo máximo de 06 (seis) meses após a conclusão das componentes curriculares da estrutura do curso.

A data para a apresentação do Projeto de Intervenção será fixada pelo coordenador de monografia do curso, ouvido o orientador e realizada no polo de apoio presencial.

No polo de apoio presencial onde o estudante cursou sua especialização ele fará sua apresentação, tendo até quinze minutos para apresentar seu projeto não necessitando de recursos tecnológicos para tal, somente tendo a necessidade de uma apresentação oral e cada

membro da banca terá no máximo 10 minutos para as arguições referentes ao trabalho, ficando sob a responsabilidade do coordenador de monografia cronometrar o tempo do estudante e dos membros da banca. Os avaliadores membros da banca receberão uma ficha de avaliação do projeto de intervenção do estudante com requisitos avaliativos a serem considerados e que deverá ser entregue com no mínimo 48 horas antes da apresentação via e-mail à coordenação de monografia.

### **21.3 Encaminhamento Documentos Finais**

Após a apresentação do Projeto de Intervenção e feitas as devidas correções, deverá o estudante encaminhar à Coordenação do Curso 1 (um) exemplar da versão final (uma cópia digital) no prazo máximo de 30 dias após a defesa.

Na avaliação do projeto de intervenção, será atribuído o conceito conforme previsto na organização didática da Unidade de Ensino.

## **22 - CERTIFICAÇÃO**

Ao final do curso, que inclui o desempenho proveitoso no conjunto dos componentes curriculares e no TC, o estudante receberá do IFSC o certificado de Especialização em Gestão em Saúde, conforme modelo definido pelo Registro Acadêmico e poderá solicitar o Histórico Escolar.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Programa Nacional de Formação em Administração Pública no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil.** A Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES torna público às Instituições Públicas de Ensino Superior – IPES participantes do Sistema Universidade Aberta do Brasil –UAB o Programa Nacional de Formação em Administração Pública –PNAP. Disponível em: <[http://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/EDITAL\\_N1\\_PNAP\\_DED\\_CAPES\\_2009.pdf](http://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/EDITAL_N1_PNAP_DED_CAPES_2009.pdf)>. Acesso em: 25 ago. 2013.

\_\_\_\_\_. Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES Nº1**, de 3 de abril de 2001. Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós graduação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/CES0101.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. **Portaria 4.059**, de 10 de dezembro de 2004 normatiza a oferta em até 20 % ensino semi presencial. 2004. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/nova/acs\\_portaria4059.pdf](http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/nova/acs_portaria4059.pdf)>. Acesso em: 25 ago 2013.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação da Câmara de Educação Superior. **Resolução nº 01**, de 08 de Junho de 2007. Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós graduação lato sensu, em nível de especialização. 18 de maio de 2007 publicado no DOU de 21 de maio de 2007. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces001\\_07.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces001_07.pdf)> Acesso em: 25 ago. 2013.

\_\_\_\_\_. **Lei 11892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm)>.: Acesso em: 25 ago. 2013.

\_\_\_\_\_. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução CD/FNDE nº 8 de 30 de abril de 2010.** Estabelece orientações e diretrizes para o pagamento de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes da preparação e execução dos cursos dos programas de formação superior, inicial e continuada no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/3390-resoluC3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-8-de-30-de-abril-de-2010>>. Acesso em: 25 ago. 2013.

Gestão da clínica nas redes de atenção à saúde: **caderno do curso/Ministério da Saúde**; Instituto Sirio- Libanês de Ensino e Pesquisa – São Paulo, 2009.

Gestão da clínica no Sistema Único de Saúde: **especialização em regulação em saúde no SUS: caderno do curso** / Instituto Sirio-Libanês de Ensino e Pesquisa; Ministério da Saúde; Conselho Nacional de Secretários de Saúde; Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde; Faculdade de Saúde Pública. -- São Paulo, 2012. 39p. (Projeto Gestão da Clínica no Sistema Único de Saúde-SUS).



**IFSC.Manual de Defesa de Monografia dos Cursos de Especialização na Modalidade a Distância.** Florianópolis, 2012.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA. Colegiado de Ensino Pesquisa e Extensão do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Santa Catarina. **Resolução CEPE/IFSC Nº 105 de 18 de agosto de 2011.** Estabelece Diretrizes de Funcionamento dos Programas de Pós-Graduação e Cursos Lato Sensu do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IF-SC). Florianópolis, 2011.

Universidade Aberta do Brasil – CAPES. **Informações do PNAP e os cursos ofertados pelo programa.** Disponível em:  
<[http://uab.capes.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=32:gostaria-de-mais-informacoes-sobre-o-pnap-e-os-cursos-ofertados-pelo-programa&catid=7:faq&Itemid=8](http://uab.capes.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=32:gostaria-de-mais-informacoes-sobre-o-pnap-e-os-cursos-ofertados-pelo-programa&catid=7:faq&Itemid=8)> Acesso em 14 de novembro de 2013.

#### **COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PROJETO**

BIANCA DE SÁ TEIXEIRA  
DIOGO CASTANHO SANT'ANA  
ELIZIANE BRIZOLLA  
FELIPE BASSO SILVA

LÍVIA DA CRUZ  
MARIA LUIZA HILLESHEIN DE SOUZA (Pedagoga responsável alteração de PPC)

MURILO ANDRADE DE SOUZA

NAARA XAVIER PINTO DE ALMEIDA  
ROSANE APARECIDA DO PRADO (Coordenadora de Curso)

SUÉLEN SARAIVA

**VALIDAÇÃO PELOS PROFESSORES DO CURSO GESTÃO EM SAÚDE.**

**ANEXOS**



## ***Modelo de Certificado***

*A Reitora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e tendo em vista a conclusão, em 14 de julho de 2013, do **Curso de Especialização em Gestão em Saúde, Lato Sensu, Área administração**, confere o título de Especialista a*

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

*De nacionalidade brasileira, natural do Estado de Santa Catarina, nascido(a) em 01 de setembro de 1980, RG x.xxx.xxx (SSP-SC), CPF xxx.xxx.xxx-xx, e outorga-lhe o presente **Certificado**, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.*

*Florianópolis, xx de abril de 2013.*

---

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

**Coordenador(a) de Curso**  
Portaria nº 246, de 27/02/2009  
Publicada no DOU em 02/03/2009

---

**Titular**

---

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

**Reitor(a)**

Portaria nº 825, de 29/06/2011  
Publicada no DOU em 29/06/2011

Curso de Especialização em Gestão em Saúde – Lato Sensu  
 Aprovado pela Resolução nº 007/2010 do Conselho Diretor do  
 IFSC

Período do Curso: 2010/2 – 2013/1

Total de Horas: 510h + 60h monografia

Título da Monografia:

XX  
 XXXXX.

Componente Curricular	PROFESSOR	Titulação	Carga Horária	Conceito
Introdução ao Ambiente Virtual de Aprendizagem	ELOY JOÃO LOSSO FILHO	Mestrado	30h	E
Desenvolvimento e Mudanças no Estado Brasileiro	ANTÔNIO MARCOS FELICIANO	Doutorando	30h	P
Elaboração de Indicadores	VANESSA LUIZA TUONO JARDIM	Doutoranda	30h	E
Estado, Governo e Mercado	ANTÔNIO MARCOS FELICIANO	Doutorando	30h	E
O Estado e os Problemas Contemporâneos	GISLAINE MARTINS	Mestrado	30h	S
O Público e o Privado na Gestão Pública	LÁZARO JULIANO TEIXEIRA	Mestrado	30h	E
Planejamento Estratégico Governamental	FLÁVIO RICARDO LIBERALI MAGAJEWSKI	Doutorado	30h	E
Políticas Públicas	HELEN BRÜGGMANN BUNN SCHMITT	Mestrado	30h	E
Gestão Logística em Saúde	GERUSA RIBEIRO	Mestrado	30h	E
Gestão da Vigilância à Saúde	LUIZ CARLOS MARINHO CAVALHEIRO	Especialização	30h	P
Gestão dos Sistemas e Serviços de Saúde	HELEN BRÜGGEMANN BUNN SCHMITT	Mestrado	60h	E
Metodologia Científica	ROSANI RAMOS MACHADO	Doutorado Mestrado	60h	E
Organização e Funcionamento do SUS	FLÁVIO RICARDO LIBERALI MAGAJEWSKI	Doutorado	60h	E
Políticas de Saúde: fundamentos e diretrizes do SUS	LUIZ CARLOS MARINHO CAVALHEIRO	Especialização	30h	E
Projeto de Intervenção	INARA ANTUNES VIEIRA WILLERDING	Mestrado	60h	E

**Conceitos de Aprovação:** E (Excelente), P (Proficiente), S (Suficiente),  
**Conceito de Reprovação:** I (Insuficiente), D

Ministério da Educação  
 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de  
 Santa Catarina  
 Pró-Reitoria de Ensino  
 Coordenadoria de Registros Acadêmicos

Certificado com validade em todo o território nacional,  
 emitido nos termos da Lei 9394, de 20/12/1996; da  
 Resolução CNE/CES nº 1, de 03/04/2001; da Resolução  
 CNE/CES nº 1, de 08/06/2007; e da Lei nº 11892, de  
 29/12/2008.

DADOS DO REGISTRO  
 Processo administrativo: PGAR.008.1013080060/112  
 Registro nº 008, Livro PGAR01, Folha 801  
 Data do registro: 12/11/2013

XXXXXXXXXX  
 Coordenador de Registros Acadêmicos  
 Portaria nº xxx, de xx/xx/xxxx  
 Publicada no DOU em xx/xx/xxxx  
 Matrícula Siape: xxxxx

## **APENDICES**

## **PROJETO DE INTERVENÇÃO A ÁREA SAÚDE**

**Conceito** – É o desenvolvimento de um projeto aplicável na área da saúde contemplando a gestão dos serviços em saúde. Pode ser do tipo pesquisa-ação que caracterize um problema para a construção de uma proposta de intervenção. Busca a aplicação das ferramentas de gestão em saúde visando uma melhoria e ampliação nestes sistemas.

**Objetivos** – Desenvolver um projeto aplicativo de intervenção mediante diagnóstico e planejamento das ações a serem modificadas frente a uma realidade em seu contexto de ação na área saúde. O processo de diagnóstico com a definição de metas e implementação do planejamento permeará todas as unidades curriculares do Curso Gestão em Saúde no entanto, especificamente na unidade curricular de metodologia científica é que serão delineados os referentes projetos.

**Metodologia** - Os especializandos do curso Gestão em Saúde deverão participar da construção de um projeto de intervenção na unidade curricular de metodologia antecedendo seu trabalho de conclusão. No trabalho final de conclusão apresentarão publicamente seus planos de intervenção a uma banca avaliadora que fará as devidas considerações aos trabalhos e repassarão seu conceito ao educando.

**Avaliação do projeto de intervenção** – Serão avaliadas as características do projeto de intervenção como: redação; relevância; Fundamentação teórica; contextualização; objetivos; proposta e viabilidade. Para que o educando obtenha aprovação no projeto de intervenção deverá obter no mínimo suficiente nos critérios apresentados.

## **Roteiro de Elaboração do Projeto de Intervenção**

**1 – Introdução** – Contextualizar a proposta justificando e fundamentando sua importância com base na análise institucional realizada e nas leituras teóricas sobre a realidade a ser modificada. Indicar a relevância do projeto de intervenção para sua formação, para a instituição e sociedade. Traçar objetivos geral e específicos com verbos de ação, lugar de intervenção e sujeitos ou fenômenos a serem avaliados.

**2 – Revisão de literatura ou referencial teórico** – Pesquisa em base de dados do estado da arte acerca da temática escolhida, com saber científico para a construção do projeto aplicativo. Citando os autores referendados e observar a atualidade dos artigos pesquisados.

**3 – Metodologia** - Caracterizar contexto a ser trabalho; público-alvo; procedimentos com metas a serem atingidas. Importante detalhar as ações neste momento para viabilidade da execução. Descrever também a formas de avaliação do que foi exequível.

**4 – Resultados e Considerações finais** – Descrição dos resultados alcançados comparando-os com os objetivos propostos. Nas considerações finais resgatar o aprendizado frente aos objetivos do Curso Gestão em saúde.

**5 – Referencias** – Segundo as regras de formatação do manual de Monografia do IFSC.

5.1- Anexos – Materiais que ilustrem o caminho percorrido na elaboração do trabalho como fotos; material expositivo; cartazes, etc.

5.2 – Apêndices - Tudo o que o educando elaborou no projeto de intervenção como questionário; ofícios; convites; planilha, etc.



## REFERENCIAS

Gestão da clínica no Sistema Único de Saúde: especialização em regulação em saúde no SUS: caderno do curso / Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa; Ministério da Saúde; Conselho Nacional de Secretários de Saúde; Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde; Faculdade de Saúde Pública. -- São Paulo, 2012. 39p. (Projeto Gestão da Clínica no Sistema Único de Saúde-SUS).

Gestão da clínica nas redes de atenção à saúde: caderno do curso/Ministério da Saúde; Instituto Sírio- Libanês de Ensino e Pesquisa – São Paulo, 2009.

IFSC.Manual de Defesa de Monografia dos Cursos de Especialização na Modalidade a Distância. Florianópolis, 2012.